



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Dept°. de Sociologia e Ciência Política e Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP)**



## **Missão Civilizatória e Exterminismo: um caso de Realismo Político**

Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller

Relatório Técnico de pesquisa junto ao NECVU/Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/IFCS/UFRJ).

Supervisão: Prof. Dr. Michel Misse

Bolsa de Pós-doutorado (PDJ)/CNPq

Processo CNPq: 155401/2006-8

Rio de Janeiro, agosto de 2008

**SUMÁRIO:**

Introdução	p. 06
1. Relatório técnico da pesquisa	p. 08
1.1. <u>Ensaio</u> : <i>Repensando o Exterminismo</i>	p. 08
1.2. <u>Ensaio</u> : <i>Exterminismo, história e luta de classe: primeiras reflexões</i>	p. 31
2. Referências bibliográficas	p. 49

Do not weep, maiden, for war is kind.  
 Because your lover threw wild hands toward the sky  
 And the affrighted steed ran on alone,  
 Do not weep.  
 War is kind.

Hoarse, booming drums of the regiment,  
 Little souls who thirst for fight,  
 These men were born to drill and die.  
 The unexplained glory flies above them,  
 Great is the battle-god, great, and his kingdom  
 A field where a thousand corpses lie.

Do not weep, babe, for war is kind.  
 Because your father tumbled in the yellow trenches,  
 Raged at his breast, gulped and died,  
 Do not weep.  
 War is kind.

Swift blazing flag of the regiment,  
 Eagle with crest of red and gold,  
 These men were born to drill and die.  
 Point for them the virtue of slaughter,  
 Make plain to them the excellence of killing  
 And a field where a thousand corpses lie.

Mother whose heart hung humble as a button  
 On the bright splendid shroud of your son,  
 Do not weep.  
 War is kind.

Stephen Crane, *War is kind and other lines*, May 20, 1899.

Come live with me and be my love  
 And we will all the pleasures prove-  
 Or such as presidents may spare  
 Within the decorum of Total War.  
 By bosky glades, by babbling streams  
 (Babbling of Fission, His remains)  
 We discover happiness' isotope  
 And live the half-life of our hope.  
 While Geiger counters sweetly click  
 In concentration camps we'll fuck.  
 Called traitors? That's but sticks and stones  
 We've Strontium 90 in our bones!  
 And thus, adjusted to our lot,  
 Our kisses will be doubly hot  
 Fornicating (like good machines)  
 We'll try the chances of our genes.  
 So (if Insufficient Grace  
 Hath not fouled thy secret place  
 Nor fall-out burnt my balls away)  
 Who knows? but we may get a boy  
 Some paragon with but one head  
 And no more brains than is allowed;  
 And between his legs, where once was love,  
 Monsters to pack the future with.

*War Resisters' Song* (c. 1985), © Thomas McGrath.

Um dos domínios onde se recusou mais intensamente a introdução da filosofia é o domínio político: o realismo político não tem de se deixar enredar por considerações abstratas. Mas, se olharmos mais de perto, rapidamente nos apercebemos de que os problemas políticos e morais estão indissoluvelmente ligados: trata-se, de qualquer forma, de fazer a história humana, de fazer o homem. E, dado que o homem está por fazer, está em questão: essa questão está na origem, ao mesmo tempo, da ação e de sua verdade

Por detrás da política mais crua, mais linear, há sempre uma ética que se dissimula. É isso que descobrimos de forma evidente, assim que consideramos o caso concreto (...).

Na verdade não há divórcio entre filosofia e vida. Toda a conduta viva é uma escolha filosófica, e a ambição de uma filosofia digna desse nome é a de ser um modo de vida que traga consigo a sua justificação.

Simone de Beauvoir

*Para*  
*Maria Célia*

Agradeço a bolsa do CNPq e a acolhida e o apoio do Prof. Michel Misse, do grupo de pesquisadores e equipe do NECVU, e dos colegas do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/IFCS/UFRJ).

Agradeço também aos amigos do Dept. de Sociologia e Ciência Política e do Programa de pós-graduação (PPGSP) da UFSC pelo companheirismo e estímulo.

## INTRODUÇÃO

A continuidade da pesquisa de pós-doutorado no (NECVU/IFCS/PPGSA, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – março/junho de 2008) compreendia basicamente duas direções. A primeira, o tratamento das relações entre as categorias exterminismo, violência, história, realismo – e o binômio esperança/desesperança, no sentido da emancipação social – e a segunda, como exercício de confrontação, um estudo das justificativas do governo de George W. Bush (2001-2004) para a invasão do Iraque em março de 2003; o fluxo dessas “idéias” como *ideologia*. O objetivo era abordar essa invasão, e ocupação, mediante a caracterização de um caso de realismo político (ou não): o exercício de poder por parte de um Estado com *status* de potência hegemônica no sistema internacional, e suas relações com os argumentos de *missão civilizatória*, na perspectiva crítica da categoria exterminismo, de E. P. Thompson. Como parte dessa hipótese, buscava-se inferir, a partir da literatura selecionada, a eventual presença de valores da sociedade estadunidense incorporados nos discursos do Governo George W. Bush, para justificar a ação bélica, como mecanismo de formar ou consolidar um consenso legitimador da opinião pública nacional que, não por acaso, mantém estreita relação com a agenda política internacional. Em suma, o eixo principal delimitava-se em torno da relação mediação–ideologia–prática política, ligando-se duas esferas: um acontecimento em âmbito internacional com sua representação, e repercussão, no contexto nacional.

As dificuldades surgidas à medida que as leituras foram aprofundadas, limitações metodológicas, as conversas com o supervisor, as críticas e sugestões a partir dos seminários apresentados, os Seminários de Pesquisa no Programa – além do tempo hábil para o desenvolvimento da pesquisa e a confecção do relatório – fizeram a proposta inicial ser refinada e mais bem desenhada.

Assim, optou-se pelo aprofundamento da identificação, interpretação e delimitação da matriz ideológica das justificativas do *staff* de Bush para a Operação *Iraqi Freedom*. Além do mais, vale lembrar, a razão pela qual é possível declarar o estabelecimento de relações de dominação ou o exercício de poder como uma “missão civilizatória” no contexto contemporâneo foi outro aspecto que orientou a realização da pesquisa.

Com isso, partindo-se de um arcabouço teórico referenciado pelas categorias de E. P. Thompson, o trabalho apresenta uma proposta de articulação teórica a um quadro histórico e empírico específico. Acredita-se que dessa maneira a processualidade histórica é evidenciada, além de constituir uma metodologia relevante para a investigação, sobretudo para um processo

que permanece se desdobrando, e assim, colocando em xeque os próprios conceitos aqui discutidos.

O Relatório técnico está estruturado em dois ensaios, subdivididos em itens de acordo com os temas abordados. Representam um resumo teórico-metodológico dos principais conceitos estudados e, ao mesmo tempo, estão articulados a uma perspectiva histórica básica, de fundamentação para a pesquisa, e correspondem aos dois momentos principais do projeto como um todo.

## 1. Relatório técnico da pesquisa de pós-doutorado

### 1.1 Repensando o Exterminismo

#### Introdução

A pesquisa percorreu duas vertentes, profundamente associadas, ambas originárias no pensamento de E.P. Thompson (1924-1993), historiador social inglês e uma das principais lideranças dos movimentos pacifistas britânicos e europeus, desde o final dos anos de 1950: 1) o princípio do *exterminismo* e os novos desenhos e ressignificações do termo e dos novos teatros de guerra; e 2) o chamado à razão e a perplexidade do caráter irracional do objeto em tela, em seu tempo, o que possibilita o diálogo com os embates teóricos e metodológicos que marcaram o final do século passado e o início deste, e dos novos paradigmas científicos e éticos que se colocam na sociedade contemporânea.

A contribuição de E. P. Thompson pode ser definida como única se pensarmos um conceito de teoria política que relacione filosofia, história e engajamento político. Sua contribuição, portanto, pode ser observada em diferentes áreas acadêmicas e campos temáticos, como os dos estudos dos movimentos sociais, que exigem rupturas de fronteiras e mediações teóricas mais sistemáticas.

Nesse sentido, os estudos de Thompson valorizam a importância da *práxis* envolvendo as práticas, as experiências, aspirações e os valores comunitários da classe trabalhadora. Dessa forma, um dos aspectos fundamentais do método de Thompson é sua capacidade de formar objetivos e aspirações para aqueles submetidos a circunstâncias políticas adversas, mas que precisavam estabelecer e defender sua própria opinião política. Desse modo, um dos princípios básicos de uma análise reside na habilidade de articular a teoria a diferentes processos e em constante mudança.

Para Thompson, o *dissenso*, os movimentos de oposição podem obter vantagens e direitos efetivos para a classe trabalhadora. Tal noção de dissenso implicou, em primeiro lugar, um confronto com as correntes comunistas que não admitiam nenhuma perspectiva de mudança na ortodoxia estabelecida. Em segundo, articulados à noção de *dissenso*, o método e as categorias propostas por Thompson questionam as abordagens ortodoxas de pesquisa das relações sociais e dos mecanismos de interação humana.

Além de seu trabalho teórico e historiográfico, Thompson desenvolveu também uma intensa atividade política orientada por sua concepção de socialismo e pela defesa de seus ideais. Sua presença em movimentos pacifistas – e na organização de documentos, ensaios e livros – revelou até que ponto seu ideal de marxismo estabeleceu um núcleo de convergência de uma tradição de *crítica* e de *práxis* radicais. Seu ativismo político e as constantes polêmicas em que esteve envolvido, associados à importância atribuída aos temas relacionados à luta dos trabalhadores e sua contribuição intelectual para a elaboração de uma “história vista de baixo”, distinguem-no como um dos mais eloquentes e influentes historiadores e intelectuais socialistas ingleses.

Sua interpretação do materialismo histórico é particular justamente por articular, de forma construtiva, aspirações políticas e processo histórico. O pré-requisito dessa abordagem é o de que toda análise teórica deve ser apreendida na prática do “agir humano” (*agency*) e na medida do diálogo entre teoria e evidência, i. e. teoria e pesquisa empírica, mas sem abandonar a atuação política. A análise dos *sujeitos* envolvidos na construção de seus próprios destinos tornou-se o principal foco dos estudos de Thompson e define uma relação de compromisso entre sua própria atuação e o que ele considerava um movimento histórico democrático. A partir desse

compromisso e dessa crença, ele entende que toda política, história e teoria socialistas devem participar desse *processo de democratização*.

Após os *eventos de 1956*, Thompson rompe com o Partido Comunista Britânico e torna-se porta-voz e defensor de uma concepção humanista de socialismo e figura chave na (Campanha (pelo)) Desarmamento Nuclear Europeu ((Appeal for) European Nuclear Disarmament/END), fundada em abril de 1980.<sup>1</sup>

A partir desse ano, interrompe sua pesquisa histórica básica e, ao lado de antigos companheiros, partilha a liderança de um movimento político internacional de caráter pacifista. Seu objetivo na Campanha (END) era reverter as bases e decisões da Conferência de Yalta, afastar e reduzir a influência de ambas as superpotências sobre o continente europeu e romper o ciclo de militarização, a seu ver, duramente imposto sobre a população.

Sem habilidade anterior, Thompson tornou-se um *expert* em assuntos militares, recorrendo às ferramentas conceituais da história social para estudar um novo conjunto de conceitos nos campos da tecnologia militar e de temas estratégicos. Nesse movimento, em 1980, Thompson propõe a categoria *exterminismo*. Para ele, tornava-se necessária uma nova atitude teórica e política para apreender as violentas transformações do processo histórico, acompanhadas pela formação de um novo *objeto*, com características irracionais, que poderia *exterminar* toda a população mundial.

Thompson acreditava que a Europa, nos anos de 1980, atravessava um período difícil e contraditório. Ao mesmo tempo ameaçados pela perspectiva do exterminismo, colocava-se a oportunidade de os europeus redefinirem seu sentido de identidade coletiva, sua própria percepção e a de seu futuro ao longo do processo. Em outubro de 1983, Thompson participou de um comício para um público de 250.000 pacifistas no Hyde Park, em Londres, e lembrou que “em algum momento, as antigas estruturas do militarismo não de romper em consequência de uma pressão pacífica, não-violenta, como as grades do Hyde Park uma vez cederam devido à pressão de manifestações pacíficas pelo voto” (Thompson, 1983).

O que custaria para reunificar a Europa? Que modelos de sistemas sociais escolheriam os europeus se diminuísse ou acabasse a influência de ambas as superpotências sobre a Europa? Ao lado de seus companheiros na END (em suas ramificações britânica e europeia), Thompson sensibilizou a opinião pública para além das preocupações usuais sobre mísseis e foguetes, na direção de um debate mais amplo envolvendo questões políticas básicas relativas ao período pós-guerra.

Thompson buscava formas de organização e estratégias de resistência às correntes políticas dominantes da era da guerra fria. Em suas propostas rejeitava o jogo maniqueísta “ou-ou” alimentado pela rivalidade Leste-Oeste e que, nesse contexto, obrigava a maioria dos Estados a assumir posições: “A guerra fria subjogou os povos em rebanhos pró-Atlântico ou pró-soviéticos e bloqueou qualquer ‘terceira via’ (...)” (Thompson, 1985, p. 245).

De fato, o fim da guerra fria alterou dramaticamente o cenário e as perspectivas históricas. No entanto, poderíamos afirmar que, na atual conjuntura, houve uma efetiva superação da rivalidade bipolar, e/ou de suas premissas, e de uma paz militarizada que caracterizou o período definido como de guerra fria? Que novas condições encontramos nas relações internacionais, na política mundial? Como explicar a transformação desse processo e a

---

<sup>1</sup> A (Campanha) END foi criada para ser (além de um movimento pacifista contra as armas de destruição de massa e a favor dos direitos humanos e da preservação ecológica) um “coletivo” que proporcionasse uma teoria geopolítica alternativa para movimentos sociais em luta contra o potencial extermínio da raça humana. Em um processo liderado por Thompson, o grupo reuniu os principais líderes da CND, da International Confederation for Disarmament and Peace e Pax Christi. A END diferenciava-se da CND por propor uma perspectiva internacionalista na análise da corrida armamentista e tentar coordenar e divulgar a luta por um projeto alternativo para toda a Europa.

natureza da violência social contemporânea, em suas diferentes expressões? Como, nessa perspectiva, a reavaliação da categoria *exterminismo*, e de seus fundamentos, contribui para novas questões e pesquisas?

Sem dúvida vivemos um momento adequado para rever e atualizar as idéias de Thompson e as plataformas dos movimentos pacifistas que ajudou a organizar e de que participou. Suas perguntas e propostas adquirem agora um renovado sentido e maior relevância, pois Thompson procurou, justamente, pensar um novo mundo *além e depois* da guerra fria, e mostrar como uma nova ordem mundial poderia existir e funcionar, em função dos esforços *conjuntos* de cidadãos e estadistas. Afinal, à medida que essa arena global se abre a novos alinhamentos e conflitos, antes inexistentes devido à dissuasão, ou ao equilíbrio do terror bipolar, formam-se, ao mesmo tempo, espaços para uma nova sensibilidade política, mas também para novas tensões e ameaças – como estamos investigando.

Como Thompson, procuramos denunciar o caráter irracional do objeto, fazer um apelo à razão, coerentemente com nossas convicções teóricas. A nosso ver, ele prenunciou as tendências e polêmicas contemporâneas: por um lado, entre os céticos que argumentam que qualquer forma de saber é inteiramente relativa a uma estrutura teórica ou a um sistema de crenças socialmente justificado, em função de que o conhecimento equivaleria a uma mera construção da realidade, perdendo-se de vista a apreensão das relações funcionais dos fenômenos empíricos; por outro, os que afirmam a regência do real nos processos cognitivos.<sup>2</sup> Em suma, ele anteviu o profundo ceticismo epistemológico e ontológico nos dias de hoje, sua expressão em tendências irracionalistas e seus reflexos na prática política.

Como esses debates e questões transcendem o âmbito estrito da epistemologia e exigem uma articulação efetiva com as esferas sócio-políticas e culturais, e suas bases empíricas, decidimos aprofundar essa vertente da investigação e consolidar uma relação entre os planos do conhecimento e o político-social, ou seja, identificar e definir seus fundamentos e determinações. Buscamos, assim, uma abordagem que estabeleça uma interface entre a sociologia econômica, a sociologia política e a do conhecimento e, ao mesmo tempo, ofereça fundamentos para a pesquisa em desenvolvimento e um futuro estudo de caso.

### 3.2 Liberdade política e desarmamento nuclear

Para um melhor entendimento da trajetória de Thompson à sua elaboração do conceito de exterminismo, convém complementar a apresentação introdutória e registrar e organizar aspectos da conjuntura experienciada por Thompson, sobretudo a britânica.

Durante os anos de 1970 estava em elaboração um arranjo político, manipulado pelo Estado, com vistas ao fortalecimento das forças autoritárias, tornando-as ainda mais ostensivas, revelando a profundidade da invasão e violação das liberdades civis – inclusive uma interferência manifesta sobre o sistema universitário (Thompson, 1980, p. xi-xii). Sua produção, a partir dessa década, foi, em grande medida, uma resposta a esse processo de endurecimento dos poderes legais e policiais do Estado.<sup>3</sup> Em uma nova tentativa de reavivar temas discutidos no final dos anos de 1950, Thompson (1980, p. vii) afirma que seu trabalho preocupa-se, “em menor ou maior grau, com os dispositivos empregados hoje em dia para fabricar o que era (então) chamado de um consenso da ‘opinião pública’”.

De acordo com Thompson (1980, p. 1-10), no contexto de maior fechamento político (a administração do Partido Conservador inglês na década de 1980 e na primeira metade dos anos de 1990, sobretudo o período de Margareth Thatcher), as perspectivas menos ortodoxas eram

<sup>2</sup> Por exemplo, o debate contemporâneo entre realismo crítico e anti-realismo.

<sup>3</sup> A maior parte de seus ensaios do período (desde 1961) foi reunida em Thompson, E. P. (1980) *Writing by Candlelight* e (1985) *The Heavy Dancers*.

geralmente recebidas com cautela pelo *establishment*, em particular as que divulgavam ou discutiam idéias políticas novas ou radicais. A união entre o Governo e o poder dos meios de comunicação (a “orquestração do valor competitivo” (*competitive value*)) foi capaz de, sistematicamente, barrar ou marginalizar a implementação de políticas progressistas.

Assim como ocorreu com a CND – que no início dos anos de 1960 ganhou o apoio de amplas camadas da sociedade –, a “heresia” do não-ortodoxo não mais lhe permitia alcançar um público mais amplo, o que levou esse movimento a, progressivamente, perder espaço e suporte e ser incluído entre as matérias e os temas proibidos pela direção da mídia nacional (britânica). Thompson (1980, p. 7-8) faz um paralelo dessa situação com as vozes dissidentes do Leste europeu: o que era “obtido em um dos casos por controle político direto”, era “conseguido no outro por meio dos monopólios públicos e financeiros”.<sup>4</sup> Como Arato e Cohen (1982) mostraram, tanto no Leste europeu quanto no Ocidente os meios de comunicação e os do Estado engendravam-se de forma crescente, complementando-se.<sup>5</sup>

A combinação de forças da mídia e do Estado fez com que propostas alternativas ao *status quo* fossem, em grande medida, silenciadas. O controle do Estado sobre um ou mais meios de comunicação (principalmente a televisão) legitimou uma política mais “responsável”, em oposição aos pontos de vista não-ortodoxos e de dissenso. Até mesmo quando eventualmente alguma opinião antagônica era aceita e absorvida pelas agências de comunicação, essa absorção ocorria de forma deturpada. As idéias eram manipuladas e banalizadas de modo a adequar seu conteúdo aos valores propagados pela mídia. Afinal a indignação (da sociedade) – sempre apresentada como uma excentricidade – era um produto altamente vendável, um bom *marketing*. Assim, as opiniões que fugiam ao consenso ou as claramente de oposição não podiam ser apresentadas em seus próprios termos: o Ministério do Interior (*Home Office*) e a grande maioria dos editores estavam atentos para que nada escapasse a seu controle. Na mídia, o dissenso não poderia aparecer como uma perspectiva coerente, competente, confiável ou legítima.

A estratégia de Thompson foi praticar a crítica radical de forma persistente, confiante de que a força do argumento prevaleceria, mesmo que essa atitude parecesse ingênua. A seu ver, o processo democrático deveria operar “de baixo”, sem a influência de nenhuma ortodoxia. Esse projeto, portanto, demandava uma mídia alternativa – outra estratégia resultante da colaboração entre Raymond Williams e Thompson (1980, p. 7-8):<sup>6</sup>

Enquanto os analistas elaboram pesquisas de opinião e eleitorais, as agências que formam a opinião pública e impedem a formação de opiniões contrárias não são questionadas. E, como efeito, ou até de forma intencional, essas agências tornam-se mais e mais autoritárias. A política pode, em pouco tempo, se transformar em um jogo de poder “pelo alto” [*at the top*], com a mídia condicionando a “opinião pública”, à qual os políticos ajustariam suas “imagens” na esperança de angariar os eleitores indecisos para si.

De acordo com Thompson (1985, p. 1-11), o governo Thatcher, empossado em 1979, deu início a uma contínua e sistemática revogação de liberdades, em especial, as conquistadas pela classe trabalhadora ao longo de décadas de luta. Em 1980, Thompson conclui que a natureza elitista desse controle e a falácia da abertura democrática promovida por esse mesmo controle formavam um tipo de autoritarismo cada vez mais agressivo.<sup>7</sup> Os dispositivos de manipulação

<sup>4</sup> Cf. Hinton, J. (1989, p. 153-170). Cf. também Minnion, J. e Bolsover, P. (ed.) (1983). *The CND Story: the First 25 Years in the Words of the People Involved*. London: Allison and Busby.

<sup>5</sup> Cf. Arato, Andrew e Cohen, Jean (1982), “The Peace Movement and Western European Sovereignty”, *Telos*, n. 51, p. 162-163.

<sup>6</sup> Cf. Sedgwick, P. (1974, p. 339-343), “Farewell, Grosvenor Square”, *New Statesman*, 13 de setembro. Nesse artigo Sedgwick oferece uma visão sobre as relações políticas entre os principais personagens da esquerda britânica, incluindo Thompson, nos anos de 1960 e início dos de 1970.

<sup>7</sup> Trata-se do artigo “The Heavy Dancers”, originalmente discutido no programa “Opinion”, da rede Channel Four, em 8 de novembro de 1982, e publicado em *New Society*, 11 de novembro de 1982. Esse artigo dá nome à coletânea

ideológica exercidos pelo Estado desestabilizavam as práticas oposicionistas, desqualificando-as diante da opinião pública, neutralizando o dissenso. Para Thompson (1980, p. ix), a mídia teve forte influência nesse fechamento político, estabelecendo o consenso e criando uma situação de apatia e subserviência, o que facilitou o ataque governamental aos direitos civis e condições de trabalho de pessoas que, ironicamente, elegeram esses vários governos como seus representantes. Thompson (1980, p. ix) declara: “estamos agora, certamente, no interior do momento autoritário”. A erosão dos direitos adquiridos, tanto sob a administração do *Conservative Party*, quanto posteriormente do *Labour Party*, encerrou a sociedade britânica em um casulo reacionário. O servilismo agressivo<sup>8</sup> à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é, para Thompson (1980, p. x), um bom exemplo das condições da época, e ele compara o Reino Unido ao período da República de Weimar, em seu processo de transição de uma sociedade liberal “administrada” para um estado policial.<sup>9</sup> Diante de uma manipulação política tão bem sustentada e difundida em toda a mídia tornava-se indispensável articular e contrapor uma agenda democrática e os radicais – Thompson inclusive – percebem que era preciso encontrar formas de atingir o público com métodos tão imaginativos como os desenvolvidos pelos panfletários ou os anônimos escritores de cartas do início do século XIX. A implementação de uma agenda democrática não se efetivou plenamente, muito embora vários movimentos de resistência tenham ganhado força.

É consensual entre os historiadores que a transformação do estado britânico em um estado policial ocorre por ocasião da promulgação da Lei Oficial de Informação de 1979, o que mobilizou Thompson a escrever em outubro desse ano o artigo “The State of the Nation”, no qual denuncia o crescimento do poder judiciário e a aplicação da política de “lei e ordem”.<sup>10</sup>

A força policial foi mais uma vez cuidadosamente analisada, não só devido à crescente posição autoritária como também às medidas violentas empregadas pela corporação em detrimento de legítimas ações policiais. Para Thompson (1980, p. 197), longe de defenderem os direitos e as liberdades dos indivíduos na sociedade, e contribuírem para uma sociedade mais aberta e livre, a polícia e seus policiais, “como defensores da lei e da ordem”, manifestaram

um interesse especial no *status quo*, fosse o *status* capitalista ou comunista, não importando se fosse o *quo* de Somoza na Nicarágua ou o de Rakosi na Hungria: i.e., é próprio a essa profissão apoiar estatismos e ideologias autoritárias. (...) Em qualquer (...) sociedade, a polícia sempre encontra boas razões para pressionar por mais recursos, poderes e salários. (Grifo no original)

As análises de Thompson sobre as demandas sociais por mais liberdade sempre enfatizam a necessidade do domínio da lei e da segurança. Tal necessidade evidencia-se como um direito inalienável, assim como a garantia da existência de mecanismos para assegurar a responsabilidade da polícia, em quaisquer circunstâncias, pelo exercício de sua função e pelas consequências de seus atos.

Thompson alerta que a ascensão de Margareth Thatcher, ao cargo de primeira-ministra, alçou a força policial à mais alta prioridade política na defesa dos extremos do monetarismo, um papel sem precedentes na história contemporânea. Em todos os orçamentos, afirma (1980, p.

de ensaios de Thompson (1985); cf. tradução espanhola sob o título de *Nuestras Libertades y Nuestras Vidas*, Thompson, E. P. (1987), Barcelona: Crítica.

<sup>8</sup> Da mesma forma, pode-se comparar o “servilismo agressivo” do ex-primeiro-ministro Tony Blair, e da maioria dos representantes de sua Administração, à política de guerra do governo Bush, posicionando-se inclusive contra decisões da União Européia.

<sup>9</sup> Esse tema foi abordado também por Hall, S. et al. (1978) *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order*, Londres: Holmes & Meier.

<sup>10</sup> O ensaio “The State of the Nation” foi escrito em outubro e publicado em *New Society*, sob a forma de seis artigos, entre 8 de novembro e 13 de dezembro de 1979. Revisto e reeditado in Thompson, E. P. (1980, p. 189-256).

201), houve cortes, “exceto no pagamento da polícia e nas verbas para defesa”. O mesmo ocorreu com os procedimentos jurídicos, nos quais um ingrediente autoritário readquire proeminência dentro do sistema legal para cercear as liberdades, conquistadas pelos “ingleses livres de nascimento”, em sua luta para proteger os cidadãos dos abusos fiscais, como Thompson acredita.

Thompson partilha da compreensão popular acerca da natureza do domínio da lei como um “bem humano incondicional”.<sup>11</sup> O abuso autoritário que denuncia era bem visível na reforma governamental do sistema de júri, interpretado por ele como uma corrupção desse domínio.

Durante os anos de 1970, sob os auspícios da “modernização”, a redução, proibição e obstrução do sistema de júri minaram a base dessa peculiar instituição britânica, simultaneamente à violação do direito de *habeas corpus* e à autocensura da mídia. Como se sabe, o julgamento pelo júri foi um direito adquirido mediante a luta dos trabalhadores, uma liberdade ratificada pela convenção popular (Thompson, 1980, p. 231). Para Thompson, a justiça existente nos tribunais britânicos residia precisamente no júri e não nos representantes do Estado.<sup>12</sup> Tudo o que havia sido conquistado em décadas de lutas da classe trabalhadora era agora obstruído, contestado, alterado e estava sujeito à dominação de um consenso fabricado. Segundo Thompson (1980, p. 232-236), o “estado da nação” se aproximava a uma anarquia de direita ou o inevitável movimento da sociedade em direção a um estado policial (*police state*).

O ativismo político de Thompson priorizou a crítica a dois dos problemas mais cruciais que a classe trabalhadora enfrentou nos últimos anos do século XX – a violação sistemática das liberdades civis e a proliferação dos armamentos nucleares. Unindo teoria e prática, Thompson manteve uma coerente atitude intelectual, frente às questões e experiências de sua época. Fiel às premissas de suas lutas a partir dos *eventos de 1956*, assume como seus o papel e o compromisso de reafirmar os princípios socialistas em uma luta contra as políticas do estatismo e autoritarismo.<sup>13</sup> Nesse contexto, articulou uma proposta de uma “política vista de baixo” (*politics from below*) à concepção formulada em seu projeto de uma “história vista de baixo” (*history from below*). A tradição de uma política libertária aliada ao pacifismo nuclear tornou-se o eixo da atividade política de Thompson.

O ponto central dessa dinâmica é a união mediante a luta, união capaz de articular os interesses organizados ao longo do processo histórico, mas eventualmente conflitantes. Thompson considera que nas condições de seu tempo (no caso, sobretudo o início dos anos de 1980), as reivindicações pelas liberdades civis poderiam representar um catalisador para os movimentos populares e consolidar um cenário mais amplo para a luta de classe.

A luta de Thompson pelos direitos civis pode ser demarcada por sua oposição a quatro ações políticas básicas: o apelo do governo à idéia de “interesse da nação”, que legitimaria a aprovação de qualquer iniciativa do Estado; a intervenção do Estado no sistema legal; a administração e manipulação da *mídia* e a crescente tendência na direção de um estado de segurança, em que as vozes de oposição são submetidas a dispositivos de constante vigilância, censura e repressão.

A defesa de Thompson das políticas de libertação também incorpora a questão da luta de classe, causa que se mantém ao longo do tempo um dos eixos de sua obra. Suas primeiras colocações sobre as relações entre esta máxima socialista e o papel da ideologia na manipulação da consciência de classe aparecem com maior clareza em seu artigo de 1960, “Outside the

<sup>11</sup> Cf. Thompson, E. P. (1980, p. 229-231). Cf. Thompson, E. P. (1975, p. 266) e (1987a, p. 357).

<sup>12</sup> Cf. Hillyard, P. e Percy-Smith, J. (1988), *The Coercive State: the Decline of Democracy in Britain*, London: Fontana & Collins, especialmente p. 157.

<sup>13</sup> Cf. Thompson, E. P. (1991), “Ends and Histories”, in Kaldor, M. (ed) (1991), p. 7-25. Cf. também Bess, M. (1993a, p. 19-38).

Whale” – “Fora da Baleia”, paráfrase a um artigo de George Orwell, “Inside the Whale”.<sup>14</sup> O que mais o incomodava era a surpreendente apatia popular em face de possibilidades tão catastróficas.

Para Thompson, essa situação explicava-se pelo fato de que, desde 1945, um consenso popular fora arquitetado e construído em torno dos termos da polaridade da guerra fria. Ortodoxias e ideologias se formaram e desenvolveram uma consciência com vistas a confirmar a polarização. Na União Soviética, a ideologia foi efetivamente definida como antiimperialismo.

No Ocidente, forjou-se uma ortodoxia mais flexível, pragmática e por isso mais difícil de ser definida. A eficiência desta aparente flexibilidade sustentava-se por uma falácia, a ilusão de que não há no Ocidente qualquer tipo de ortodoxia e que a liberdade de expressão para todos é o sistema que prevalece. Nesse nivelamento de conceitos, segundo Thompson, os autocratas de Washington se autorizavam a falar do Ocidente como um “mundo livre”.

Thompson (1978, p. 3) considera que o *locus* da força da ideologia “natopolitana”<sup>15</sup> (a partir de North Atlantic Treat Organisation) é, exatamente, a manipulação da consciência popular. O resultado da manipulação desse consenso foi o de uma apatia geral que operou a favor dos interesses das ideologias dominantes, ao mesmo tempo em que aprisionou os centros de ação. Thompson (1978, p. 3-4) acredita que longe de formar um ambiente deliberadamente conspiratório, essa tendência hegemônica é produto de sua própria lógica.

A seu ver, a hegemonia ocidental construiu, em sua base ideológica, um forte determinismo moral, espelho do stalinismo soviético, espelhamento disfarçado no fomento de uma fictícia e maniqueísta luta do bem contra o mal em nome da humanidade. No Ocidente, o sistema promoveu um estado de defesa contra o comunismo. Nessa linha de argumento (Thompson, 1978, p. 11), criou-se no Ocidente a noção de um inimigo sempre presente, um gigante científico, a sociedade soviética, bem sucedida, mas fortemente predadora. A ameaça tinha endereço certo: o comunismo revolucionário, uma força que avançava – aparentemente, de forma triunfante –, sobre Cuba, o Leste Europeu e os países em desenvolvimento.

Na visão de Thompson (1978, p. 11-12), era necessária uma economia de guerra permanente enquanto se maquiava a cultura “natopolitana” para preencher um vácuo e justificar o *status quo*. O construto ideológico revestia-se de um fundamentalismo em sua “cruzada contra o mal” e, em uma espiral de dependência ideológica, o stalinismo (ou a “idéia satânica”) torna-se a justificativa funcional para o “natopolitanismo”. A ideologia “natopolitana” foi cuidadosamente promovida (também pelo governo inglês) de modo a expressar, ao mesmo tempo, uma tradução específica de valores liberais do ocidente (individualismo, liberdade, democracia) e um desencanto niilista, a crença de que as pessoas seriam impotentes para atuar no processo histórico e influir em possíveis mudanças. Sob essa coação, muitos sacrificaram seu poder de ação.

Thompson e seus companheiros da primeira geração do movimento da *new left* (“nova esquerda”) – como Raphael Samuel, Peter Worsley e Kenneth Alexander – denunciam que esse controle hegemônico da sociedade ocidental era na verdade uma preparação para a guerra. Não obstante, Thompson permanece otimista, acreditando que a partir do pessimismo reinante e das divisões decorrentes da guerra fria poderia vir a prevalecer uma verdade *humana* e *radical*. Essa verdade, segundo Thompson e seus companheiros, se expressara na (então) Europa Oriental pelos *eventos de 1956* e no Ocidente pela negação da ideologia “natopolitana” presente na ação dos movimentos pacifistas, na Campanha pelo Desarmamento Nuclear (*Campaign for Nuclear*

<sup>14</sup> Cf. Thompson, E. P. (1978, p. 1-34). Cf. edição original in Thompson, E. P. et al. (ed) (1960), *Out of Apathy*, p. 141-194.

<sup>15</sup> “Natopolis”, ou o Ocidente, segundo o sarcástico batismo de Thompson – uma ironia em relação ao poder exercido pela NATO (North Atlantic Treat Organization) ou OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Com a mesma ironia, Thompson emprega as expressões “natopolitana” e “natopolitanismo”.

*Disarmament/CND*). Thompson reconhecia um “humanismo rebelde” nesse movimento que se colocava na contracorrente dos problemas causados pela situação de passividade, do crescente aumento dos mecanismos de controle estatal e da proliferação dos armamentos nucleares.

Em “The State of the Nation”, Thompson (1980, p. xi) preocupa-se ostensivamente em expor a gravidade do controle do Estado e, ao mesmo tempo, em convocar a população contra essa tendência autoritária. Dirige-se a um público não só de esquerda, mas também de *democratas*, levando em conta que desde 1968 os grupos oposicionistas ingleses haviam se fragmentado, tornando-se sectários, ou organizando-se por segmentos sociais (etnias, mulheres, homossexuais,...), grupos e movimentos pacifistas e, portanto, lançando movimentos dirigidos ou campanhas com temáticas específicas (contra a guerra fria, a ameaça nuclear, pela paz etc.).

Segundo sua definição, nesse período formavam-se “culturas alternativas de esquerda” e a base sectária sobre a qual esse processo se desenvolvia poderia reduzir os potenciais de união, coerência e/ou resistência, na medida em que dispersava os recursos – materiais, emocionais, logísticos – em uma variedade de assuntos e campanhas. Thompson propõe que os movimentos e grupos alternativos promovam uma resistência coletiva para agir em um *teatro* nacional de conflito. Essa estratégia implica que “cada um dos grupos da esquerda deva ter para consigo as responsabilidades dos outros grupos, sem perder nenhum de seus princípios”.

Em suas palavras (1980, p. xi-xii):<sup>16</sup>

A noção primordial que tem circulado é a de que cor, gênero ou preferências devem ser sempre, em qualquer circunstância, os principais fatos existenciais, e que essas diferenças representam barreiras quase insuperáveis, inibindo a ação política comum em uma centena de outros tipos de situações. [Essa noção] pode ter premissas válidas como ponto de partida. Mas quando pressionada em demasia [levada ao limite] e quando, coletivamente, os que estão sob a ameaça de uma guerra nuclear ou de perda de seus direitos e trabalho ou estão sob uma exploração econômica comum, [essas pessoas] não podem mais efetivamente trabalhar juntas, uma vez que nutrem essas diferenças primárias com ressentimentos, o que pode vir a ser um perigoso divisor. E indicar, ademais, o fim de importantes (...) tradições de políticas radicais e socialistas dos trabalhadores.

Diante da manipulação política tão bem orquestrada e difundida em toda a mídia tornava-se indispensável articular uma agenda democrática e encontrar formas mais criativas de atingir o público. Ao lado de Stuart Hall e Raymond Williams (e outros como Tony Benn e Michael Foot), Thompson (1980, p. xiii) reclama a reconstrução de um *front* popular efetivo e vigoroso, reminiscência do movimento que ele admirou nos anos de 1930, durante a Guerra Espanhola. Um movimento desse tipo, acreditava, poderia ser o precursor de uma nova organização democrático-socialista. Seu discurso exige a recuperação de valores libertários e uma nova ênfase sobre esses valores, de modo a despertar uma consciência política e histórica que reconheça e enfrente a gravidade da ameaça. Uma noção de democracia que supõe um autocomando, um rodízio entre todos os cidadãos em funções e responsabilidades públicas.<sup>17</sup> As exigências centrais seriam os resultados de uma oposição radical.

### 3.3 Enfrentando o *Status Quo* da Guerra Fria

<sup>16</sup> Cf. Bess, M. (1993, p. 124); em correspondência com Bess, Thompson observou que os marxistas precisavam incorporar todas as perspectivas em uma ética única de democracia, afirmando também que “o marxismo sempre subestimou religião, nacionalismo e formações de gênero”.

<sup>17</sup> Cf. Thompson, E. P. (1980), “The State of Nation”, (parte 3, “Trial by Jury”, p. 224-236), e (parte 5, “The End of an Episode”, p. 248-256), in *Writing by Candlelight*.

As iniciativas do Governo Thatcher de implementar o monetarismo, associadas à efetivação de uma política neoliberal, ao mesmo tempo em que eram adotadas medidas agressivas com vistas a administrar a crise com a Argentina e a guerra das Malvinas, certamente justificavam o tom pessimista de Thompson. Esse pessimismo se manifestou em um polêmico artigo publicado em *The Times* (29 de abril de 1982), “The War of Thatcher’s Face”, três semanas após o início daquele confronto (2 de abril). Nesse artigo, Thompson (1982, p. 191) descreve a natureza hipócrita da política da guerra fria, que possibilitava, e até mesmo incentivava a alguns países do Ocidente, manter um relacionamento amigável com a ditadura argentina e a lhe vender armas, sem nenhum constrangimento moral ou político.<sup>18</sup> “O mundo avançado não pode seguir despejando armamentos no Terceiro Mundo e esperar que tudo continue o mesmo. Não podemos ter certeza de que essas armas serão usadas somente para matar seu próprio povo ou (...) reprimir seus pobres”. Thompson percebeu a “guerra das Malvinas” como uma das mais significativas conseqüências dessas vendas.<sup>19</sup>

Em 1982 Thompson identifica a manifestação de um “momento de atavismo imperial” na emergência de um retórico “espírito de Dunquerque”, que não se preocupava com os interesses dos residentes das ilhas, mas, ao contrário, concentrava-se no prestígio doméstico e em provar que o governo era “duro e forte”. Ele percebe que a administração Thatcher empreende uma agressiva série de ações, ataca a popularidade dos movimentos pacifistas, fazendo crer que a bandeira nacional fora provocada no cenário mundial e simultaneamente encorajando o triunfalismo ao antecipar as próximas eleições gerais. Aproveitando-se do conflito, é orquestrada uma euforia popular em torno das mortes de soldados argentinos – um cenário que reapareceria com a guerra do Golfo, em 1991, já com o objetivo último de depor Saddam Hussein do governo do Iraque, embora a conjuntura não tenha favorecido esse “lance final” conjuntamente com os Estados Unidos.<sup>20</sup>

Tal processo de *desumanização* é apenas um dos aspectos do que Thompson (1980, p. 259-275) nomeia “consenso do dia do juízo final”, em uma revisão de suas hipóteses do começo dos anos de 1960 sobre a apatia popular,<sup>21</sup> a qual, a seu ver, agora favorecia as condições tanto para a “guerra das Malvinas”, com a Argentina, quanto para a instalação dos mísseis Cruise e Polaris na Inglaterra e a eventual compra de novos mísseis Trident, fabricados pela Lockheed. Thompson (1980, p. 260) demonstra que, naquele momento, a “cabeça da Inglaterra” já estava feita: primeiro, em Haia, por um comitê especial da OTAN, e depois, no país, por uma estratégia direcionada a ratificar essas decisões, de tal modo que a sociedade inglesa aceitasse a situação como um “caso consumado” e, ao mesmo tempo, acreditasse ter participado do processo decisório.<sup>22</sup> Como parte da estratégia, a imprensa britânica desenvolvia uma doutrinação

<sup>18</sup> O termo “autoritária” era o mais usado pela mídia, depois substituído por “totalitária”. Nessa inflexão, convém lembrar também a invasão do Timor Leste pela Indonésia em 1975, incentivada pelos Estados Unidos, e subsequente genocídio praticado com armas de fabricação inglesa.

<sup>19</sup> Ou talvez o último momento de outro processo: no caso o fomento sistemático de golpes de Estado nas Américas Central e do Sul (sobretudo de caráter militar), em especial por parte dos Estados Unidos, durante as décadas de 1960 e 1970, e a posterior sustentação dos regimes advindos desses golpes, processo do qual a Inglaterra também participou. Em seus artigos Thompson faz poucas referências a esses fatos, *nessa perspectiva*. Contudo, apesar de sua defesa do internacionalismo e do diálogo internacionalista (Thompson, 1978, p. iv), e de se referir à América Latina como um “continente generoso” (em um poema de sua autoria em homenagem a Salvador Allende – cf. Thompson, E. P. (1985, p. 278)), essa questão não aparece como uma de suas preocupações principais.

<sup>20</sup> Esse arranjo é outro exemplo de “consenso manipulado”, a que Thompson freqüentemente se refere. Sobre a manipulação da mídia durante a “Guerra das Malvinas”, cf. Thompson, E. P. (1985, p. 61-68), “Careless Talks Costs Lives”, originalmente *The Guardian*, 31 de maio de 1982. Cf. também Thompson, E. P. (1991), “Mixed Soviet Blessings”, *The Guardian*, 11 August.

<sup>21</sup> “Consenso do dia do juízo final” (“The Domsday Consensus”), originalmente in *New Statesman*, 20 de dezembro de 1979.

<sup>22</sup> Cf. Thompson, E. P. (1980, p. 260). Thompson comenta que os processos pelos quais a Inglaterra “se decidiu” e chegou a esse notável consenso permanecem obscuros e dá alguns exemplos de como a mídia anunciava essa

subliminar que conduzia a um consenso sobre o tema dos mísseis, levando a população a acreditar que as decisões haviam sido efetivamente formuladas *no país*. Na verdade, embora sequer debatidas no Parlamento, eram sustentadas por um consenso nacional. A relevância do problema era minimizada e se apresentava não como uma questão política e altamente controversa, mas como mera e trivial questão de *tecnologia*. Thompson (1980, p. 260-261) denuncia: “A palavra-chave nessa estratégia tem sido ‘modernização’. Somente luditas ou rebeldes poderiam se opor a *isso!*”.

Convém lembrar, por exemplo, que a BBC impediu a participação de Thompson em um programa especial (*Dimbleby Lecture*) sobre os movimentos pela paz e a campanha antinuclear, coordenado pelo jornalista político Jonathan Dimbleby, em 1981. O texto preparado para essa palestra que não aconteceu deu origem ao ensaio *Beyond the Cold War*, de 1982.

Na outra ponta da fabricação de consenso em torno das decisões da OTAN e das políticas da Administração Thatcher encontra-se a agenda oculta do Segredo de Estado (*Official Secrecy*). Thompson (1980, p. 263) analisa criticamente tal política e questiona a importância e as possibilidades da produção e controle da informação:

Segredo de Estado [*Official Secrecy*] não é só uma forma de negar [à sociedade] informação honesta. É uma forma de nos vender decisões pré-empacotadas, acompanhadas por dados falsos e [protocolos] normativos. O Segredo de Estado, ao controlar *toda* informação em áreas proibidas, controla mais o que nós *de fato* sabemos do que o que não sabemos. No momento em que nos oferece qualquer informação, procura controlar também o que podemos pensar. (Grifo no original)

Thompson denuncia que, ao prover a informação para o consumo público, o sistema – governo, imprensa etc. – convencia a ‘opinião pública’ de que determinados temas eram de interesse nacional. O domínio da informação permite ao sistema regular e controlar o questionamento a ele dirigido. No entanto, observa Thompson (1980, p. 263), foi possível que outras vozes mobilizassem setores da sociedade, como ocorreu no apoio ao movimento da CND, em Aldermaston.<sup>23</sup> No caso, o relativo sucesso só pôde ser obtido antes que as forças dominantes organizassem suas agências, o partido e a mídia reprimindo as diferentes vozes da oposição. Thompson (1980, p. 263) relata um exemplo cruel dessa situação:

[O] *Omaha World-Herald* publicou que escapamos (os ingleses) por um triz de um desastre radioativo em julho de 1956, quando um bombardeiro B47 caiu em Lakenheath. Se o componente de TNT de três bombas nucleares tivesse dado ignição (...), (o) plutônio teria sido lançado ao ar e espalhado radiação sobre uma grande área, provocando câncer para os que tivessem contato e “uma parte do leste da Inglaterra poderia ter virado um deserto”, conforme declarações de um general aposentado da Força Aérea americana. (Grifo no original)

---

decisão: “A Inglaterra pode aceitar os mísseis Cruise”, era a chamada (*headline*) para a declaração de Claire Hollingworth para o *Daily Telegraph*, mas a sua declaração mesmo começava da seguinte forma: “O Governo *deverá concordar...*” (31 de outubro de 1979) e, em 12 de novembro, ela anunciava que “A Inglaterra *já havia aceitado* os mísseis Cruise”.

<sup>23</sup> Em Aldermaston, Berkshire, localiza-se uma Atomic Weapons Establishment (AWE), uma planta onde são realizadas pesquisas e desenvolvidos artefatos nucleares desde 1950. As manifestações populares da CND contra a instalação de armas norte-americanas em Aldermaston ganharam destaque em 1961, com passeatas em Londres e Glasgow, quando da transferência de um submarino nuclear dos EUA, carregado de 16 mísseis atômicos Polaris, para Holy Loch, Escócia. A principal marcha ocorreu em 31 de março, partindo de Aldermaston e Wethersfield, estendendo-se até 3 de abril, quando o protesto encerrou com o cerco à embaixada norte-americana em Londres. Como desfecho da marcha, a polícia dissipou os manifestantes sob coerção física, prendendo 31 pessoas. Na ocasião, Bertrand Russell, um dos organizadores do movimento, expressou um de seus objetivos afirmando que “nós permanecemos juntos a favor da sanidade em um mundo que enlouqueceu”. Cinco meses depois, durante uma manifestação em Trafalgar Square (Londres), Russell (de 89 anos) e sua esposa seriam detidos e condenados a uma semana de prisão – cerca de 1.000 participantes também foram presos e condenados a penas maiores por se recusarem a manter a paz (sic).

No contexto da guerra fria, a Grã-Bretanha havia assumido o papel de base avançada da OTAN.<sup>24</sup> Frente a um eventual ataque da então União Soviética, o objetivo era o de diversificar os alvos, de modo a evitar um ataque concentrado nos Estados Unidos. Nesse cenário, o povo britânico (como o russo) seria a principal vítima do conflito. Segundo Thompson (1980, p. 267), a subserviência aos Estados Unidos constituía a principal contribuição britânica à OTAN e os que se opunham a essa posição eram considerados rebeldes e opositores do consenso. A retórica da guerra fria retoma, naquele momento, a tônica da perseguição ao inimigo interno. A resposta de Thompson a esse controle sistemático reitera suas posições e a de seus companheiros desde os primeiros dias da CND, quando ainda acreditava que uma *razão democrática e popular* pudesse prevalecer.

Segundo Thompson (1980, p. 272), as linhas básicas da política de neutralidade ativa, advogadas desde os primeiros momentos da *new left*, foram discutidas nos conselhos da CND e novamente defendidas no “Manifesto de 1º de Maio” (*May Day Manifesto*), em 1968.<sup>25</sup>

Thompson (1980, p. 273-274), em artigos do final de 1979, apresenta cinco hipóteses principais (ou “teoremas”, como preferia) para sustentar essas linhas básicas. A primeira hipótese é a da instabilidade do *status quo* nuclear e a da probabilidade de que se desencadeasse uma guerra nuclear global; a segunda, a de que esse *status quo* é um “estado degenerativo”, na medida em que supõe políticas “confidenciais”, burocráticas e autoritárias; a terceira, que essa condição havia desenvolvido interesses industriais, militares e econômicos – com fortes características cartelizadas ou monopólicas – que deveriam ser mantidos. Nesse contexto, os dois países líderes dessa polaridade (União Soviética e Estados Unidos), embora em campos opostos, convergiam para um interesse comum, marcadamente antidemocrático e não hesitavam em reprimir eventuais iniciativas de oposição.

A quarta hipótese afirma que uma *détente* (distensão) não aconteceria “de cima”, uma vez que, como Thompson assinala, “o estado de permanente terror favorece a aquisição de poder interna e externamente a essas elites”. Finalmente, a quinta indica que o caminho mais viável para a desarticulação do sistema só poderia ser um ataque a partir de baixo. Thompson valoriza a importância de uma iniciativa popular baseada na “neutralidade ativa”, juntamente com outros movimentos antinucleares, de modo a encorajar a dissidência através da Europa.<sup>26</sup>

Coerente com sua defesa do humanismo, Thompson (1980, p. 275) observa: “Nós já estamos em risco – Grã-Bretanha, Europa, civilização, o projeto humano (...)”. Lembra também que há uma diferença importante a ser notada naquele contexto:

Na “nova geração” de armamentos nucleares poderíamos controlar os riscos imediatos e manifestos por algum tempo, enquanto o poder autoritário (e sua simultânea manipulação das idéias) torna-se cada vez mais presente e intervencionista e fomos levados na direção de alguma contingência imprevisível e não planejada, uma derradeira detonação. Na política de neutralidade ativa deveríamos assumir um risco imediato e consciente, o qual, se sobrevivêssemos, iria engendrar uma nova geração de possibilidades humanas.

Essas colocações indicam a convicção de Thompson sobre a necessidade de maior apoio para as campanhas do European Nuclear Disarmament (END) – um movimento pan-europeu organizado por Ken Coates (ativista da Bertrand Russell Peace Foundation) para combater os interesses políticos e militares de soviéticos e norte-americanos na Europa, entre outros objetivos.

<sup>24</sup> Cf. Thompson, E. P. (1980, p. 267), citando artigo de Sir James Goldsmith, *Now!*, 9-15 de novembro de 1979.

<sup>25</sup> Cf. Williams, R. et al. (ed) (1968). *May Day Manifesto*.

<sup>26</sup> Cf. Thompson, E. P. (1980, p. 277-282), “European Nuclear Disarmament”, publicado originalmente em *The Guardian*, 28 de janeiro de 1980; (1982b, p. 109-112), “A Show for the European Theatre”, originalmente em *The Guardian*, 23 de fevereiro de 1981. E (1982b, p. 119-122), discurso no Hyde Park, Londres, 24 de outubro de 1981.

Na perspectiva de Thompson (1982, p. 10-11), o conflito dependia do antagonismo e da retórica dos irreconciliáveis sistemas militares e industriais dos dois blocos. Cada um, afirma, “deve ser motivado, em sua natureza inerente, pelo desejo de vencer o outro. Só o temor mútuo de dissuasão poderia adiar uma confrontação total”.<sup>27</sup> Thompson (1980a, p. 28) prossegue:

[A] dissuasão não é uma condição imóvel, fixa, é um estado de degradação. Dissuasão tem contido a exportação de violência contra o bloco oposto, mas, ao proceder assim, o poder repressivo do Estado tem se voltado contra seu próprio criador. A violência reprimida tem sustentado e agido sobre a economia, a política, a ideologia e a cultura dos poderes antagônicos. Essa é a estrutura profunda da guerra fria.

Essa seria a lógica de justificação para a guerra fria e o prosseguimento da corrida armamentista. Thompson (1982, p. 14-16) acredita que, no Ocidente, a culpa caberia à supremacia norte-americana e à falta de vontade de seus satélites europeus em rejeitar essa situação e a *mentalidade* aí contida. Isso porque, ainda segundo ele, a diplomacia norte-americana valia-se muito de seu poder de veto, respaldada em seu poderio militar, o que impedia a existência de qualquer dissenso por parte dos países europeus. É esse, aliás, o contexto da proposta de um atlanticismo, sob a dominação dos Estados Unidos, não questionada na Grã-Bretanha, nem mesmo pelo *Labour Party*.

Como assinalamos, Thompson demonstra como a guerra fria, independentemente de suas origens após a Segunda Guerra Mundial, parecia operar com uma dinâmica própria, uma lógica interna e um conjunto específico de argumentos, o que ocultava o forte interesse dos Estados envolvidos em sua continuidade.<sup>28</sup> Thompson (1982, p. 17) percebe ainda que a *reciprocidade* das relações entre Estados Unidos e União Soviética era fundamental a essa lógica, um contexto no qual uma forma de ação antagônica deveria ser sistematicamente igualada pelo antagonismo da resposta.<sup>29</sup> Esse procedimento, a seu ver, era determinante para que “os estabelecimentos militares e de segurança fossem auto-reprodutivos”.

Thompson (1982, p. 17-18) conclui que a ideologia e a retórica que acompanhavam tal dinâmica eram inerentes ao processo; reproduziam-se a si mesmas não só porque “os serviços militares e de segurança, e seus funcionários públicos, precisam da guerra fria (e) têm um interesse direto em sua continuidade”, mas também porque no interior dos países satélites cada movimento político ou militar deveria ser aprovado pelos governos de Washington ou Moscou, o que reforçava os mecanismos de dominação de ambos os centros.

Para desenvolver essa argumentação, e explicar os perigos do processo político e ideológico contido na guerra fria, Thompson introduz a metáfora da alteridade do Outro. Assim, a unidade necessária na “frente doméstica” pode ser explicada também em termos de preocupação e medo em relação aos “outros”, à ameaça representada pelos “outros”, consolidando, dessa forma, uma noção geral de “nós” em oposição a “eles”. Ao perceber o “outro”, “nós” podemos nos distinguir em relação a ele e, se o “outro” for construído como uma ameaça, o vínculo entre “nós” é reforçado.

Thompson (1982, p. 18) observa que esse “vínculo por exclusão” é intrínseco à socialização humana; é tão fundamental para a formação e a consciência de classe quanto para a

<sup>27</sup> O termo “deterrence” tem uso corrente, tanto na imprensa como na bibliografia em português, como “dissuasão”. O termo expressa a política ou prática de armazenar armamentos nucleares, por parte de uma nação, para deter o ataque nuclear de uma outra; expressa também uma política de *dissuasão* e um projeto de limitação de armas nucleares a longo prazo. (“Each must be motivated, of its own inherent nature, by the desire to vanquish the other. Only the mutual fear of ‘deterrence’ can stave off a total confrontation”).

<sup>28</sup> Cf. também Kaldor, M. (1982), “Interview with Mary Kaldor”, *Telos*, n. 51, Spring, p. 90.

<sup>29</sup> Thompson, E. P. (1982a, p. 332) não propunha uma *identidade* entre os blocos, mas sim sua *reciprocidade*: a interação de ambos os blocos criava um “problema nuclear” internacional e uma situação de equivalência entre eles, *em relação a esse problema*.

construção de uma nação ou para sujeitar as pessoas a uma ideologia. Esse processo, porém, estabelece uma ameaça e, no limite, faz crescer o ódio pelos “outros”.

Nas polêmicas da guerra fria essa cultura foi artificialmente invocada para assegurar os interesses dos respectivos blocos. Ambas as culturas e identidades nacionais (soviéticas e norte-americanas) entrelaçaram-se nas premissas ideológicas do conflito, ao mesmo tempo em que as aprofundaram cada vez mais. A guerra fria contribuiu, nesse sentido, para introjetar o “americanismo” na população norte-americana, reforçar o mito do sonho americano (*American dream*), tornando-o uma atração em oposição à tirania do “outro” mundo, tirânico e sem liberdade.

Da mesma forma, a União Soviética, não obstante a repressão sistemática a todo dissenso, em qualquer nível, representava-se a si mesma como a defensora do socialismo e o Partido como o titular da resistência ao imperialismo do Ocidente. Entretanto, nenhum dos mundos era o melhor dos mundos, ambos apresentavam novas definições sobre a condição do “outro” – e a necessidade da guerra fria novamente revelava-se e regenerava-se a si mesma. Thompson (1982, p. 23) reconhece que:

É uma condição permanente, auto-reprodutora, à qual ambos os adversários estão dedicados. Os estabelecimentos militares dos adversários encontram-se em uma relação recíproca de fomento mútuo: cada um estimula o crescimento do outro. Ambos os adversários precisam manter uma atitude ideológica de hostilidade, como meio de forçar a disciplina ou a coesão interna.

### 3.4 Protestar para Sobreviver

Muitos militantes de esquerda na Inglaterra ativos na campanha pelo desarmamento unilateral chegaram à conclusão, nos anos de 1980, que havia um problema central na balança de poder criada pela guerra fria. Entre outros aspectos, a evidência demonstrava que nenhum dos blocos em antagonismo poderia “ganhar uma guerra”. A luta definia-se em outro patamar, concentrando-se no questionamento e no enfraquecimento do processo e de suas premissas ideológicas. Para Thompson (1982, p. 25), a Europa era o ponto de tensão do sistema da guerra fria:

Pela primeira vez, desde a Resistência do período da guerra, há um espírito circulando na Europa que carrega uma aspiração transcontinental. O Outro que nos ameaça está sendo redefinido – não como outras nações, nem mesmo o outro bloco, mas como as forças que levam ambos os blocos à autodestruição, não “a Rússia” ou “os Estados Unidos”, mas suas instituições ideológicas, militares e de segurança, e suas oposições ritualísticas.

O programa desenvolvido pela END na década de oitenta procurou organizar um novo radicalismo popular capaz de enfrentar as motivações da guerra fria e seu *status quo*. Seu projeto era o de avaliar e estabelecer a autonomia da Europa e garantir as condições de sua manutenção. Naquele momento, o movimento considerava o cenário do teatro europeu como um todo, ocupando uma posição única, pois oferecia pontos de acesso para o desenvolvimento de um processo de deslegitimação da guerra fria a partir da própria arena de embate entre União Soviética e Estados Unidos.

O objetivo dos grupos, como a Carta 77 (*Charter 77*) ou a CND, era o de convencer os governos europeus a romper com a força de dominação – e o enfrentamento – dos dois blocos.<sup>30</sup> Com esse objetivo, apresentavam um cenário com apenas duas alternativas: a vitória da luta

<sup>30</sup> Cf. Thompson, E. P. (1982, p. 28). Thompson lembra que em 16 de novembro de 1981 foi lançado em Praga um manifesto da “Carta 77” (*Charter 77*) “defendendo os direitos humanos da (então) Tchecoslováquia e enfatizando a mútua interdependência entre as causas da paz e da liberdade”. O manifesto expressava também a solidariedade do grupo com todos os movimentos pela paz e que também defendessem os direitos endossados no acordo de Helsinque.

contra esse *status quo* ou a certeza da destruição mútua – afinal, em caso de embate efetivo, o teatro europeu provavelmente seria também *locus* dos ataques. Nesse contexto, propunham um eventual diálogo entre as partes, que organizasse uma posição unificada para subsumir os antagonismos em diretrizes para a paz. Aparentemente simples, essa resposta ao absurdo da guerra fria dependia de uma crença: a de que a humanidade teria mais a oferecer do que o consumo desenfreado dos recursos mundiais até sua exaustão e total destruição. Para Thompson (1982, p. 35) essa injunção tornou-se vital:

Nós temos, se não o dever, pelo menos a necessidade, profundamente gravada em nossa cultura, de deixar um legado não pior do que encontramos. Aqueles que não esperam a vida após a morte podem acreditar que nossa única imortalidade seja a de transmitir a sucessão da vida e a da cultura.

A contribuição mais significativa de Thompson nos debates sobre a guerra fria – mas sobretudo contra a corrida armamentista, a ameaça nuclear e em nome da organização de grupos e movimentos pacifistas –, nessa época, talvez seja o ensaio *Protest and Survive*, de 1980, em resposta ao documento do governo conservador inglês, *Protect and Survive*, sobre como se proteger no caso de um ataque nuclear.<sup>31</sup>

No ensaio *Protest and Survive*, Thompson antevê a Europa não como um teatro de guerra, mas como o teatro da paz, resultante de pressão popular democrática.<sup>32</sup> Mas para esse cenário acontecer seria necessária uma *détente* internacional que assegurasse um futuro independente do sistema de guerra. Ou seja, uma vez definida uma estratégia, as contradições do papel da Europa na guerra fria poderiam ser usadas contra os “guerreiros” em Washington e Moscou.

A construção dessa estratégia demandou tempo e dedicação de Thompson ao longo dos anos de 1980, e incentivou várias formas de resistência popular. Uma resistência necessária porque, afirmava ele, a política da guerra fria se estruturava de tal maneira que a idéia de *extermínio* da sociedade era perfeitamente coerente com a lógica do processo.

Nesse contexto, Thompson (1982a, p. 4-5), percebendo a existência de “uma dinâmica interna e de uma lógica recíproca que requerem uma nova categoria de análise”, elabora o conceito de *exterminismo*, inspirado em uma afirmação de Marx e, a seu ver, adequado para examinar a lógica e a dinâmica dessa nova realidade:

Se o moinho manual nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista industrial, o que nos é dado por esses satânicos moinhos em operação atualmente, triturando os meios de extermínio humano? Já cheguei a esse ponto de reflexão mais de uma vez, mas virei minha cabeça, desesperado, em outra direção.

<sup>31</sup> Cf. Thompson, E. P. (1980a, p. 33). Convém observar que a publicação do *Manifesto* foi patrocinada pela Bertrand Russell Peace Foundation e pela CND. Cf. também Kaye, H. (1984, p. 218), onde ele traça um paralelo entre Thompson e Tom Paine no uso do formato de panfleto (*pamphlet*) para divulgar uma mensagem radical, de modo a atingir um público mais amplo. Cf. também entrevista de Thompson e Cory Coll, conduzida por Harry Kreisler, do Institute of International Studies, Berkeley, em agosto de 1983, sobre “armas nucleares, corrida armamentista e os movimentos pela paz”, editada por Jon Stewart e publicada em *California Living*, Sept. 11, 1983. Cf. <http://globetrotter.berkeley.edu/conversations>

<sup>32</sup> Thompson formulou suas idéias sobre política como teatro e representação de poder, e sobre o contrateatro no protesto dos movimentos populares, especialmente em seus trabalhos dedicados às formas de rebelião nas sociedades pré-industriais e nos primeiros momentos do movimento operário. Cf. Thompson, E. P. (1974, p. 383-405), “Patrician Society, Plebeian Culture”, in *Journal of Social History*, e (1998, p. 25-85), “Patrícios e Plebeus”. A esfera teatral do exercício do poder político busca conformar os governados, manter seu consentimento, ativo ou passivo; perpetuar o respeito às normas, valores e símbolos; fixar os limites do politicamente possível e tolerável. Constitui parte fundamental da hegemonia, domínio não baseado diretamente na coerção material. Cf. Thompson, E. P. (1982a, p. 8-11) a seção “O ‘Teatro do Apocalipse’”, de seu ensaio “Notas sobre o Exterminismo”, para se avaliar a relação entre a idéia de teatro e a lógica da estrutura da guerra fria.

Agora, quando examino o problema diretamente, concluo que a categoria de que precisamos é a de *exterminismo*. (Grifo no original)

Em termos teóricos, o aspecto mais controverso da interpretação de Thompson sobre o sistema da guerra fria é sua rejeição às noções de imperialismo e militarismo, associadas, segundo ele, a circunstâncias convencionais ou específicas, cada uma expressando diferentes níveis ou aspectos de uma crítica ao capitalismo: conceitos inadequados, portanto, para a análise da guerra fria. Segundo Thompson (1982a, p. 1-2), ambos traduzem um forte conteúdo ideológico e, em sua formulação, expressam a idéia de um sistema, racional de início, mas que eventualmente pode provocar sua própria implosão irracional.<sup>33</sup>

Thompson (1982a, p. 332-338) sustenta que:

Necessitamos uma categoria nova [exterminismo] para definir esta época clara de história de confronto nuclear – e nunca é pouco dizer que isto não significa, mediante um gesto de varinha mágica, que seja necessário renunciar a todas as categorias anteriores ou que não funcionem mais todas as forças históricas anteriores. (...) Não se trata simplesmente de uma questão de força: é uma questão de legitimidade. Ali onde nenhuma forma de poder está legitimada pela responsabilidade civil e por um processo aberto como é devido, pode ocorrer que uma forma de poder dê lugar a outra. Cada uma destas formas de poder é tão legítima ou ilegítima quanto a outra.

O “exterminismo” da guerra fria se baseia na dinâmica do sistema de armamentos. Embora pareça um movimento racional, no qual os agentes participantes tomam decisões aparentemente racionais, como assinalamos, no âmago do processo desenvolve-se uma lógica perversa, um sistema de autogeração e um estado generalizado de inércia na direção da destruição total.

Para além do imperialismo e do militarismo, os sistemas correspondentes a esses blocos são complexos militares e industriais que a população civil é induzida a sustentar (por meio de investimentos, impostos, quotas de trabalho, etc.). Em sua lógica perversa, o processo político serve tão-somente para legitimar e justificar sua própria reprodução. Para reproduzir o sistema, as elites governantes, segundo Thompson (1982a, p. 22),

passaram a precisar de uma situação permanente de guerra, de modo a legitimar sua dominação, seus privilégios e prioridades; para silenciar o dissenso; para exercer a disciplina social e desviar a atenção da evidente irracionalidade da operação. Eles se habituaram tanto a esse modo, que não conhecem outro modo de governar.

Thompson e seus companheiros da END, notadamente Mary Kaldor e Dan Smith, acreditavam que os blocos de poder em conflito temiam a possibilidade de que posições não-alinhadas ganhassem credibilidade popular. Ele recorre aos exemplos de Dubcek e Allende, indicando que não continuaram vivos porque desafiaram “as verdadeiras premissas do duplo campo de força ideológico” e as alternativas que representavam enfraqueciam a balança de poder. Esse campo de forças mostra também a extensão do aumento do controle do Estado por meio do pretexto dos “interesses nacionais”. Dubcek e Allende demonstraram, também, que as pressões da guerra fria reverberavam inclusive em Estados considerados “secundários”, onde, entretanto, as contradições centrais do sistema mais se manifestavam. O principal desafio para esses países era o de organizar formas de resistência popular, um fator que poderia minar a base de poder sobre a qual o exterminismo fora construído.<sup>34</sup> Thompson acredita que, sem esses

<sup>33</sup> Cf. Thompson, E. P. (1982a, p. 1-2). Ele comenta, mas sem maiores detalhes, que “a Primeira Guerra Mundial e o colapso do nazismo seriam exemplos de militarismo e imperialismo caminhando na direção de seus próprios fins”.

<sup>34</sup> Vale registrar que a categoria de exterminismo, tal como pensada por Thompson, também se orientava pela crítica ao princípio de estratégia militar conhecido como MAD (*Mutual Assured Destruction*), “Destruição Mútua Assegurada”. Ironia ou não, em inglês *mad* admite um espectro de significados no campo da “loucura” e da “raiva”.

movimentos, os países do hemisfério norte em duas décadas entrariam em um conflito militar final.

Thompson lembra que sua geração testemunhou a guerra – inclusive o bombardeio nuclear sobre o Japão – e concorda com C. Wright Mills que “a causa imediata da Terceira Guerra Mundial é a sua preparação”.<sup>35</sup> Ambas as guerras anteriores foram previsíveis, assim como as guerras no Terceiro Mundo.

A “tecnologia do apocalipse” oferece sua própria previsibilidade: o extermínio da civilização no hemisfério norte. À sombra dessas colocações, Thompson insiste na formação de uma nova consciência. A questão da luta de classe permanece fundamental, mas o imperativo agora é o da salvação da própria *humanidade*, ou seja, com o exterminismo a causa se redefine. À sombra dessas colocações, e em posição muito semelhante à de Rudolf Bahro, Thompson insiste na formação de uma nova consciência.<sup>36</sup>

A luta contra o sistema da guerra fria, na opinião de Thompson, havia consolidado uma base com a campanha da END. Porém, essa estratégia pan-européia requeria, ainda, uma ampla ação popular e a manutenção de suas atividades pelo menos até que se formasse um novo discurso político entre os dois blocos antagônicos. Nesse contexto, o neutralismo e o não-alinhamento poderiam constituir táticas adequadas para os socialistas, juntando-se a outros movimentos de libertação e de luta antiimperialista onde fosse possível. Essa posição também reafirmava a necessidade de um internacionalismo antiexterminista mais abrangente, de modo a reforçar uma estratégia que viabilizasse as frentes populares em todo o mundo. A nova agenda internacionalista supunha uma recusa inequívoca da ideologia dos dois blocos, negando qualquer compromisso com os ideólogos do exterminismo, e a estratégia deveria ser orientada em ambos os lados da “cortina de ferro”. A proposta objetiva de Thompson de uma luta-no-contexto agora representa um “imperativo humano e ecológico”.<sup>37</sup> Ele (1982a, p. 29) comenta a esse respeito:

Esse internacionalismo deve ser conscientemente antiexterminista: deve se opor aos ditames ideológicos de ambos os blocos; deve incorporar em seu pensamento, em suas trocas, em suas atitudes e em suas expressões simbólicas os princípios da sobrevivência humana e ecológica.

Esses são, de modo geral, os principais contornos da proposta antiexterminista de Thompson.

O ensaio “Notes on Exterminism” foi alvo de muitas críticas. Além das advindas das posições mais conservadoras, muitos marxistas consideraram problemática a intervenção de Thompson nesse tema. O livro *Exterminism and Cold War* (1982a) publicou, além do referido ensaio, colaborações a respeito do tema de pensadores como Raymond Williams, Rudolf Bahro, Mike Davis, Noam Chomsky, entre outros e, a convite da editora, “New Left Books”, Thompson também escreveu um artigo com a síntese das colaborações e uma resposta às críticas específicas aos pontos mais controversos de suas propostas.

Nessa parte resgatamos a tendência geral dos comentários, basicamente as tensões teóricas e estratégicas no interior da própria noção de exterminismo e privilegiamos as que nos parecem mais significativas, as de Raymond Williams e Mike Davis.

Raymond Williams (1982a, p. 65-85), em “The Politics of Nuclear Disarmament”, por exemplo, questionou a noção de “exterminismo” por considerar que ela confundia a análise socialista e, portanto, dificultava a organização de uma estratégia socialista coletiva.

<sup>35</sup> Cf. Wright Mills (1958). *The Causes of World War Three*. New York: Simon & Schuster, p. 47.

<sup>36</sup> Cf. Bahro, R. (1982a), “A New Approach for the Peace in Germany”, in Thompson, E. P. (1982a), p. 87-116.

<sup>37</sup> Cf. também Sukhov, M. J. (1989), “E. P. Thompson and the Practice of Theory: Sovereignty, Democracy and Internationalism”, *Socialism and Democracy*, Autumn-Winter, p. 105-140 e especialmente p. 122-127, sobre o internacionalismo de Thompson.

Considerava, ainda, que o “exterminismo” supõe um determinismo tecnológico e prejudica um exame aberto das relações sociais e econômicas implícitas na corrida armamentista.<sup>38</sup>

Em suas análises, Williams (1982a, p. 65-85) reprova as teses de Thompson, a seu ver, um desvio dos postulados do humanismo socialista, um viés que atribuía à compreensão de Thompson sobre as características tecnológicas da corrida armamentista. Para Williams (1982a, p. 85), Thompson teria abandonado os critérios socialistas em uma tentativa desesperada para combater a possibilidade exterminista da guerra fria. O argumento de Thompson coloca “a Bomba” no centro do processo histórico e, dessa forma, tende a desqualificar o papel da luta de classes na dinâmica da história. Além disso, o fato de isolar a Europa como centro catalisador do teatro de guerra (embora verdadeiro até certo ponto), acabava por ignorar, ou reduzir, a escala global da luta de classe. Williams (1982a, p. 80) compreendia que uma “contribuição socialista específica”, que demonstrasse que as relações de classe e os modos de produção configuram o elo entre o tear manual e o míssil industrial, era prioritária e necessária para complementar o conceito de Thompson.<sup>39</sup> De seu ponto de vista, seriam três as premissas que inseririam a política do desarmamento nuclear em uma luta concreta, não apenas contra as desumanas estruturas econômicas, sociais e militares próprias ao modo de produção, mas na busca de uma alternativa socialista e do fortalecimento de uma política baseada na luta de classe:<sup>40</sup>

1. Relações entre os conceitos de “classe dominante” e “complexo militar-industrial”, com evidentes efeitos sobre a questão de substituir a noção de “exterminismo” por categorias de análise socialista já existentes ou possíveis; 2. A questão do que é chamado, em alguns círculos, de “bomba socialista” ou “os mísseis da classe trabalhadora internacional”; 3. Os problemas dos vínculos entre crise econômica e militar.

Williams (1982a, p. 80) concorda com Thompson que é obviamente correto destacar que a indústria bélica, a pesquisa militar e a segurança de Estado situam-se e devem ser compreendidas no contexto das sociedades capitalistas contemporâneas. Tal complexo, continua, existe de modo análogo – mas de forma alguma idêntico – em países como a União Soviética e a China. Nesse ponto situa-se uma de suas mais importantes críticas a Thompson: a de embaralhar essas diferentes formações em uma entidade única e, principalmente, não considerar conceitos e características mais gerais da classe dominante – por exemplo, o fato de que ela possui o monopólio ou o predomínio na ameaça e efetivação da violência – que não são uma consequência do sistema de armas nucleares. Lembra – o que Thompson parece não fazer – que tem sido fundamentalmente em sociedades não nucleares que Estados militarizados e de alta segurança têm se formado e assumido poder absoluto e determinante.

Mike Davis (1982a, p. 35-64) também localiza um certo determinismo na noção de exterminismo e observa que o papel dos indivíduos, o próprio “agir humano”, estaria sendo negado por Thompson. Segundo Davis (1982a, p. 43), aceitando-se como irracional a ameaça da corrida armamentista, bem como a premissa do exterminismo, o “agir humano” seria negado e a causalidade mecânica reingressaria na história. Thompson não teria considerado a ameaça do uso da bomba no jogo de poder e a dissuasão como ideologia (desenvolvida pelas classes dominantes) ou, mais especificamente, não teria distinguido “conjuntura e crise, (...), classes e

<sup>38</sup> Cf. Shaw, M. (1990) “From Total War to Democratic Peace: Exterminism and Historical Pacifism”, in Kaye, H. e McClelland, K. (1990, p. 233-251); cf. também Simon Bromley et al. (1988), “After Exterminism”, *New Left Review*, n. 168.

<sup>39</sup> Cf. Thompson, E. P. (1982a) para outros ensaios que também discutiram o seu artigo (“Notes on Exterminism, the Last Stage of Civilization”), como os de Roy e Zhores Medvedev, Rudolf Bahro, Fred Halliday, Mary Kaldor, Noam Chomsky, Etienne Balibar.

<sup>40</sup> Cf. Mandel, E. (1977, p. 284-293), “Peaceful Coexistence and World Revolution”, in Blackburn, R. (ed.) *Revolution and Class Struggle*, London: Fontana.

modo de produção”.<sup>41</sup> Tal como Williams, Davis sublinha que o exterminismo não é uma noção a que essas importantes categorias pudessem ser relacionadas. Ao fim e ao cabo, o próprio método dialético de Thompson poderia ser empregado contra suas idéias.

A resposta de Thompson (1982a, p. 329), “Europe, the Weak Link in the Cold War”, aceita muitas das críticas a seu conceito de exterminismo.<sup>42</sup> Em maio de 1980, ele relata, um pessimismo político havia sucedido aos então recentes eventos mundiais, como a crise do petróleo, as guerras no Oriente Médio e em países em desenvolvimento, a invasão soviética do Afeganistão e o programa de “modernização” da OTAN, e que essa situação teria influenciado seu próprio “pessimismo intelectual”, refletindo-se em suas análises e nas perspectivas apresentadas. Como Raymond Williams e outros haviam observado, Thompson (1982a, p. 330) admite que aspectos de seu texto traduzem um certo grau de determinismo, em especial em relação à idéia de que “os sistemas de armamentos rivais, por si mesmos e por sua lógica recíproca, devem levar-nos ao extermínio”. Reconhece também que foi um erro ter feito uso da sugestiva imagem de Marx sobre a indústria manual e a indústria a vapor e estabelecido relação entre o processo de industrialização e a indústria militar e o armamentismo. Entretanto, se a maneira pela qual a análise foi exposta pode ter sido equivocada, Thompson (1982a, p. 330) manteve o núcleo de seu argumento:

As *Notas* não se limitavam a sugerir [esses pontos]: já havia, no apelo inicial da END, a linha geral de uma estratégia de resistência e meu ensaio concluía com um resumo dessas alternativas (...). Não quero abandonar a categoria de “exterminismo” sem deixar de tentar um mínimo de defesa. O termo em si mesmo não importa; é feio e excessivamente retórico. O que importa é o problema para o qual aponta. Segue havendo alguma coisa, no movimento de inércia e na lógica recíproca dos sistemas de armamentos rivais – e na configuração de interesses materiais, políticos, ideológicos e de segurança que os acompanha –, que não se pode explicar atendo-se às categorias de “imperialismo” ou de “luta de classes internacional”.

Se as premissas do exterminismo eram problemáticas, as questões propostas continuavam relevantes. Por exemplo, dada a eficiência da tecnologia nuclear, os minutos restantes na iminência de uma crise em que se faria uso dos sistemas especiais de “lançamento imediato diante do sinal de alerta” (*Launch-On-Warning/LOW*) não permitiria tempo para negociações políticas ou outras iniciativas.<sup>43</sup> A irracionalidade do processo era e permanecia o problema central. Se os processos internos em cada bloco operavam de modo distinto, a tendência continuava a mesma, a de uma dinâmica de guerra que se auto-reproduzia indefinidamente.

Para Thompson (1982a, p. 332-333), as noções convencionais de luta de classe não respondiam à urgência da situação, que exigia novas definições. O exterminismo era uma delas. A seu ver, as interpretações tradicionais sobre o imperialismo e a luta de classe se não deveriam – ou poderiam ser negadas – pareciam insuficientes para pensar o novo contexto ou, pelo menos, suas tendências e dinâmica. Em suas palavras:

Se necessitamos de uma categoria nova para definir essa época específica de história (de conflito e de confrontação nuclear) (...), isso não significa que se prescindia de todas as categorias anteriores ou que deixem de funcionar todas as forças históricas anteriores. (...) Imperialismos e lutas de classe, nacionalismos e conflitos entre públicos e

<sup>41</sup> Cf. Davis, M. (1982a, p. 63-64), que chama a atenção para onde e como, naquele momento, acontece um “verdadeiro exterminismo” (“actually existing exterminism”), decorrente da miséria, da fome e da violência social nos países do Terceiro Mundo, como também das ditaduras e guerras em muitos desses países.

<sup>42</sup> Cf. também Thompson, E. P. (1985, p. 135-152), onde o artigo aparece sob o título de “Exterminism Reviewed”.

<sup>43</sup> Esse comentário foi em resposta ao artigo de Roy e Zhores Medvedev, “The USSR and the Arms Race”, in Thompson, E. P. (1982a, p. 153-174). Eles acreditavam que as autoridades soviéticas haviam se burocratizado, sobretudo, para conduzir, de modo mais eficiente, uma guerra nuclear e concluíram que o sistema soviético era uma simples reação ao militarismo dos Estados Unidos.

burocracias, todos continuarão a funcionar com seu vigor de costume; pode ser que continuem a dominar esse ou aquele episódio histórico. Significará, antes de tudo, que uma figura nova, sem fisionomia e ameaçadora, tenha se unido às *dramatis personae* da história; uma figura que projeta uma sombra mais brusca e escura que qualquer outra. E (...) já estamos no interior dessa sombra de extremo perigo. Porque à medida que a sombra cai sobre nós, vemo-nos impelidos a assumir o papel desse personagem. (Grifo no original)

Em seu artigo de 1991, “Ends and Histories”, Thompson realiza uma revisão da categoria exterminismo (suas determinações e conseqüências) e de seu envolvimento na constituição de uma “Terceira Via” política, a organização dos principais movimentos pacifistas britânicos (CND, END) e de sua reunião e articulação a outros movimentos pacifistas internacionais, de modo a evitar um eventual confronto nuclear e, sobretudo, eliminar progressivamente os grandes blocos político-militares e a condição de alinhamento engendrada.<sup>44</sup> As propostas dessa Terceira Via defendiam o internacionalismo – hegemonicamente de caráter socialista – e a solidariedade subjacente a esses movimentos.<sup>45</sup>

Em seu resgate, Thompson (1991, p. 12) toma como referência uma passagem de seu artigo “Exterminism: the Last Stage in Civilization” (1982a, p. 1-33): “Era uma contradição não-dialética, um estado de antagonismo absoluto, em que ambos os poderes cresciam por confrontação, e que só poderia ser resolvido pelo extermínio mútuo”. E ele mesmo contesta a amplitude da conclusão: a idéia de exterminismo pertence ao início de 1980, antes de os movimentos pacifistas começarem a atuar. Thompson lembra que concordou com a crítica de Raymond Williams (de que usou uma metáfora determinista para descrever o conceito de exterminismo), bem como as observações de que “o exterminismo havia sido superestimado e negado pelos eventos”.<sup>46</sup>

Thompson (1991, p. 12) admite que essa premissa seja em parte verdadeira, embora permaneçam válidos muitos de seus argumentos. A seu ver, “as economias e ideologias de ambos os lados poderiam entrar em colapso sob a pressão de uma eventual segunda guerra fria”. Por outro lado, ele também empreendeu a organização de movimentos de resistência em contraposição à lógica exterminista. Thompson (1991, p. 12) ainda hesita em abandonar por completo o conceito, pois, para ele, mesmo em 1991, as bases materiais para o exterminismo permaneciam. Observa também que, como indicava em sua definição de 1980, sempre devem ser analisadas as bases institucionais do exterminismo: o sistema de armamentos, o conjunto do sistema econômico, científico, político e ideológico de sustentação (...), o sistema social que pesquisa e produz (essas condições) e polícia, justifica e mantém o sistema funcionando. Entretanto, para Thompson (1991, p. 12), essas condições permanecem; descansam em compartimentos centrais de ambas as economias, esperando uma oportunidade para reativar sua lógica – como a constante modernização dos armamentos.

### 3.5 Primeiras Conclusões

Uma das principais motivações de Thompson em sua luta pelo fim da guerra fria, e pela causa humanista e pacifista, é o de reafirmar o imperativo da razão humana.<sup>47</sup>

<sup>44</sup> Cf. Thompson (1991, p. 7-25), in Kaldor, Mary (org) (1991). O ponto de partida do ensaio é uma importante crítica de Thompson à idéia de “fim da história”, propalada especialmente por Fukuyama, mas defendida por outros autores em seus diferentes matizes, como Allan Bloom, apud Thompson (1991, p. 14). Aliás, nesse livro, vemos que a proposta de uma “Terceira Via” é anterior e oposta aos projetos de Giddens.

<sup>45</sup> Cf. comentários abaixo sobre o tema (os vínculos entre Thompson e o internacionalismo).

<sup>46</sup> No caso, os eventos da 2ª. metade da década de 1980, em especial o Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty, ou INF Treaty (United States-Union of Soviet Socialist Republics [11 de dezembro de 1987]). Cf. Simon Bromley et al., “After Exterminism”, in *New Left Review* 1/168, March-April 1988.

<sup>47</sup> A problemática da razão é um tema recorrente na obra de Thompson e fundamental para seu entendimento. A motivação básica de Thompson em escrever *A Miséria da Teoria* foi o resgate da razão, a seu ver, ameaçada teórica

Nesse sentido, para uma avaliação de sua preocupação com as tendências das condições sociais e políticas (bem como as teóricas e acadêmicas) em nível mundial, em sua ‘Introdução’ a *The Poverty of Theory...*, Thompson (1978, p. iv) observa que “durante muitas décadas temos vivido ao longo de um contínuo ‘momento de perigo’, de modo que nossa história (e nossa cultura) deve estar alerta a essas condições de perigo e buscar possibilidades de uma resistência democrática”. Thompson (1978, p. 24) retoma esse tema mais adiante e afirma:

Essa é uma época ruim para uma mente racional viver: e, para uma mente racional na tradição marxista, esse tempo não pode durar muito (...) O mundo já vivenciou diversas mudanças de cenário anteriormente. Essas mudanças indicam a solução (ou a evasão) de alguns problemas, o fim de algumas questões e a presença invisível de novas questões, ainda não colocadas. A experiência (...) está irrompendo e exige que se reconstruam nossas categorias. Mais uma vez testemunhamos o ser social determinar a consciência social, à medida que a experiência pressiona e avança sobre o pensamento (...) Este é um tempo para a razão ranger os dentes. À medida que o mundo se transforma, devemos aprender a mudar nossa linguagem e nossos termos. Mas nunca devemos mudá-los sem razão.

E uma dessas razões seria o internacionalismo, ponto chave para Thompson. Em defesa de sua perspectiva, Thompson argumenta que as possibilidades de resistência democrática, referidas acima, não podem se restringir a uma condição “nacional”, com suas variáveis e pressões particulares. Para ele (1978, p. iv), por exemplo, o fato de Gramsci ter fundado seus estudos sobre uma interrogação sistemática da história e da cultura italiana não o tornou menos internacionalista.<sup>48</sup>

Em suas palavras (1978, p. iv), “o internacionalismo deve consistir não apenas em prestar atenção a um discurso internacional, mas em contribuir pessoalmente para esse discurso. (...) O internacionalismo supõe colaboração e troca; o argumento é seu verdadeiro símbolo”.

Não obstante, esse processo deveria avançar ainda mais, ser mais profundo. Nesse mesmo texto (Thompson, 1978, p. iii-iv), ao comentar as acusações de Tom Nairn de que Raymond Williams e ele representariam, na Inglaterra, um “socialismo populista”, Thompson replica e defende a bandeira do internacionalismo socialista. Thompson lembra que, ao contrário, essa posição tem sido duramente defendida por ele e muitos de seus companheiros e companheiras da “Nova Esquerda”, ao mesmo tempo, contra diferentes frentes de batalha: “o compromisso tem sido com um ‘Internacional’ imaginário, que só adquire vida em movimentos reais e afastado, de modo inequívoco, tanto do stalinismo quanto de uma cumplicidade com as razões do poder capitalista”. Conclui lembrando que tem sido muito difícil manter esse compromisso; mas ele acredita que esse cenário se modifique, porque, nos últimos anos, parte da esquerda parece ter “recuperado a razão”.

É nesse contexto que deve ser localizado o percurso de Thompson – seu questionamento, protesto, suas críticas contundentes contra o absurdo da corrida armamentista, a importância de colocar em xeque sua necessidade e prioridade. Da mesma forma, essa perspectiva internacionalista orienta tal percurso e ajuda a compreender os elementos formadores da categoria exterminismo e as ações empreendidas.

---

e politicamente pelo estruturalismo, por Althusser e seguidores, e pela correlata crise no interior do marxismo. No “Prefácio”, na primeira parte de *A Miséria...*, e em sua “Carta Aberta a Kolakowski”, percebemos a dimensão de sua angústia quanto ao problema. Cf. Thompson, E. P. (1978, p. i-v; 131; 193-194).

<sup>48</sup> O tema (internacionalismo) orienta um dos níveis de análise e indica um campo de questões para a pesquisa, em seus desdobramentos. Também serão desenvolvidas relações e comparações com os conceitos de universalismo e particularismo, tal como propostos por I. Wallerstein (2006) *European universalism: the rhetoric of power*, onde seu principal objetivo é alcançar um “universalismo mais universal”. Cf. também Bess (2006, p. 7), onde ele discute o “imperativo internacionalista”, relacionado especialmente ao processo da Segunda Guerra Mundial.

Retomando parte da exposição inicial, do ponto de vista da lógica histórica, Thompson (1982a, p. 1) considera que o processo (da guerra fria) poderia ser submetido a uma estrutura racional de análise, mas o objeto, naquele momento, tornava-se ele próprio irracional. Para destacar o sentido de sua advertência, Thompson conclama na abertura de seu ensaio (1982a, p. 1) “Exterminismo: estágio final da civilização?”:

Camaradas, precisamos de uma análise válida, teórica e de classe, da atual crise bélica. Sim. Mas estruturar uma análise racional sucessiva pode, ao mesmo tempo, impor uma racionalidade de conseqüências ao objeto de análise. E se o objeto é irracional?

Thompson (1982a, p. 1) observa ainda que “usa ‘racionalidade’ nessas *Notas* para designar a busca racional do interesse próprio, enquanto atribuído a uma nação, classe, elite política, etc. Em outra perspectiva, nenhuma dessas buscas precisa se apresentar como racional”. E conclui (1982a, p. 2) na primeira parte do artigo: “Não posso oferecer mais do que notas, fragmentos de um raciocínio. Alguns fragmentos devem assumir a forma de questões, dirigidas ao imobilismo da esquerda marxista”.

Thompson procura realizar, mais uma vez, uma “chamada à razão” e convocar seus companheiros para uma nova campanha, inclusive contra o imobilismo e a apatia. Assim, quando Thompson considera o objeto de análise “irracional”, trata-se, ao contrário, de buscar uma nova teoria, referida a uma análise de classe para compreender o que está acontecendo e “agir em conseqüência”. Trata-se, portanto, de buscar a razão, uma racionalidade que possa criar uma estratégia de luta e orientar novas ações contra a situação denunciada.

Adverte: sendo o presente historicamente determinado, está sujeito a uma análise racional, mas a permanente militarização e os avanços tecnológicos no campo das armas de destruição formam uma massa crítica próxima do ponto de uma detonação irracional. Sua conclusão (1982a, p. 24) era simples, a de que “essa lógica, caso não corrigida, seria terminal”.

Thompson (1982a, p. 30) complementa:

Devemos correr o risco. Pois só podemos acabar com a guerra fria de duas maneiras: pela destruição da civilização européia ou pela reunificação da cultura política européia. A primeira irá acontecer se os grupos dominantes nos superpoderes rivais, percebendo que os argumentos estão mudando (...) e que seus estados-satélites estão se tornando mais independentes, terminarem por compensar essa perda de influência política e econômica com um aumento de medidas de militarização. Isto é (...) o que está acontecendo agora. O resultado será terminal. Mas podemos enxergar uma pequena abertura na direção da outra alternativa. E se acreditamos que essa alternativa seja possível, então devemos redefinir nossas prioridades. Não devemos investir mais nada em mísseis, mas sim o máximo em nossa capacidade de comunicação e diálogo.

Embora caracterizados por um profundo pessimismo e uma perspectiva apocalíptica rara em sua obra, os ensaios de Thompson sobre exterminismo concluem com uma visão mais otimista e a formulação de propostas para reverter a situação analisada, ainda que sempre priorizando o cenário europeu. Ao final de seu artigo, *Notes on Exterminism*, Thompson (1982a, p. 30) conclama:

Dê-nos a vitória [nesse processo] e o mundo começará a se mover outra vez. Comece a quebrar esse campo de força e os 30 anos de impedimentos à mobilidade da política européia (...) irão ceder. Nada irá acontecer natural ou facilmente (...): mas, se afastarmos esses blocos da rota de colisão, eles mesmos começarão a mudar. A polícia e os fabricantes e vendedores de armas irão começar a perder sua autoridade e os ideólogos perderão suas falas. Um novo espaço para a política irá se abrir.

A lógica exterminista, elaborada na perspectiva do confronto com o “outro”, e as relações de poder que engendra devem ser sabotadas, combatidas e superadas, e insiste, a resistência popular é a que poderia apresentar uma alternativa humana viável.

Como demonstramos, a relevância de Thompson não se afirma somente como crítica. Porque, como sempre acreditou, ao momento da crítica deve se seguir o momento da reconstrução, de afirmação do “sistema de crenças” alternativo.

Nesse sentido, na “perspectiva otimista”, segundo sua definição, Thompson (1991, p. 13) lembra que em *Beyond the Cold War* (1982) ele entendia que o conteúdo altamente ideológico da segunda guerra fria fornecia aos movimentos pacifistas oportunidades para sua própria contestação e a construção de alternativas para a aproximação e a convergência entre os movimentos populares da Europa Oriental e Ocidental.

A seu ver (1991, p. 13), como as causas da paz e da liberdade devem chegar juntas (*come together*), da mesma forma “o discurso transcontinental da cultura política pode ser reassumido”. Assim, como Thompson escreveu em *Exterminism Reviewed* (1985, p. 150):

(essa) convergência irá romper, transformar ou transcender as categorias de ‘comunismo’ ou de ‘social-democracia’, ritualizadas e há inertes há muito tempo (...) Não é que a Segunda Internacional vá chegar a tempo e se casar com a Terceira. Novas forças e novas formas irão substituir a ambas.

Em 1981 e 1982 essas idéias pareciam utópicas e não foram consideradas para discussão. Por isso, Thompson (1991, p. 13) ironiza que “agora que esse tempo [1991] chegou, os dirigentes dos meios de comunicação afirmam que ninguém poderia ter antecipado esses eventos”.

No entanto, Thompson (1991, p. 13) lembra que – no sentido da “perspectiva otimista” mencionada – em 1982, ele ofereceu uma agenda concreta (para esse processo). Ele propôs, por exemplo, que todos trabalhassem para uma resolução da guerra fria até o ano 2000, com a retirada mútua das forças e das bases militares americanas e soviéticas do território europeu. Em um primeiro momento a data parecia implausível, mas a proposta foi paulatinamente aceita pelos movimentos pacifistas europeus não-alinhados. A dissolução do Pacto de Varsóvia e da OTAN (NATO) passou a ser vista como uma agenda política viável, com etapas intermediárias, incluindo, por exemplo, a progressiva separação das nações das alianças existentes.

Apesar de sua “perspectiva otimista”, o engajamento de Thompson (e companheiros(as)) pela realização dessa agenda não subestimava a dimensão dos problemas e perigos postos para o futuro. É exatamente na análise dessa projeção que podemos perceber sua sensibilidade política e localizar a importância de se repensar a categoria exterminismo, face, justamente, às novas condições das relações sociais capitalistas, assim como Thompson orientou sua reflexão sobre as perspectivas para o futuro.<sup>49</sup>

Thompson (1991, p. 20) inicia essa reflexão criticando a noção de “fim de história”, divulgada por Fukuyama e associada à “vitória” dos valores e vantagens da economia de mercado:<sup>50</sup>

Como é possível que essas prestigiosas pessoas em Washington tagarelem sobre um “fim da história”? Quando eu olho para frente, na direção do século XXI, eu sofro sobre como serão os tempos que meus netos e seus filhos irão viver. Não só pelo crescimento da população, mas também pelo aumento das expectativas materiais universais da enorme população em nível global, que terá de explorar seus recursos no limite. Os antagonismos norte-sul irão certamente se intensificar e os fundamentalismos religiosos e nacionalistas serão mais intransigentes. A luta para manter a ambição de consumo dentro de um controle moderado; para encontrar um nível de crescimento moderado e de satisfação que não seja à custa dos pobres e desafortunados; para defender o meio-ambiente e prevenir

<sup>49</sup> De acordo com a afirmação de Marx (1865) de que é necessário “considerar as categorias [econômicas] como expressões teóricas das relações de produção formadas historicamente e correspondentes a uma determinada fase de desenvolvimento da produção material”.

<sup>50</sup> A nosso ver, essa reflexão pode ser considerada um testamento de sua obra.

desastres ecológicos; para partilhar maior equidade entre os recursos mundiais e assegurar sua renovação – todos esses pontos constituem uma agenda suficiente para a continuação da história. Mas uma agenda que não encontra todas as suas respostas em uma livre economia de mercado. Ao contrário, precisaremos do mais completo repertório de formas (...) Entre elas o socialismo ainda não foi desacreditado (...) O futuro mais viável pode muito bem ser um tipo de socialismo, embora, talvez, um modelo mais individualizado e verde, com fortes resistências antiestatais.

De fato Thompson não chegou a elaborar uma nova teoria como se propôs, e a categoria de exterminismo não responde à sua inquietação e às perguntas e necessidades formuladas. Mas sabemos que pode expressar o processo de transformação das relações sociais e que deve ser compreendida em função da lógica histórica por ele definida.

Não obstante, as advertências de Thompson em seus textos sobre o exterminismo soam visionárias, tragicamente atuais. Talvez menos pela ameaça de uma guerra nuclear, mas pela permanente capacidade de transformação do capitalismo – e, contraditoriamente, de alimentar novas formas de violência em suas relações, *como é próprio de sua lógica*.

Adaptando as palavras de Pedro Benítez Martin, é imprescindível, portanto, aprofundar os caminhos abertos por Thompson. Mas devemos fazê-lo renunciando à intransigência e ao dogmatismo, sempre criticados por ele.

## 1.2 Exterminismo e Luta de Classe: primeiras reflexões

Como destacamos, o período desde o início dos anos de 1970 corresponde a uma intensa transformação histórica estrutural da ordem global, freqüentemente referida como de transição do fordismo para o pós-fordismo – ou melhor, do fordismo ao pós-fordismo e ao capitalismo global neoliberal. Esta transformação da vida econômica, social e cultural, que possibilitou o enfraquecimento da ordem centrada no Estado dos meados do século XX, foi tão fundamental como a transição anterior do capitalismo liberal do século XIX às formas burocráticas e intervencionistas do Estado do século XX.

Tais processos favoreceram amplas mudanças não só nos países capitalistas ocidentais, mas também nos países comunistas, levando ao colapso da União Soviética e do comunismo europeu, bem como a transformações fundamentais na China. Conseqüentemente, esses processos foram interpretados como representativos do fim do marxismo e da relevância teórica da teoria crítica de Marx.<sup>51</sup> No entanto, tais processos de transformação histórica também reafirmaram a importância central da dinâmica histórica e das mudanças estruturais de larga escala. Esta problemática, presente no coração da teoria crítica de Marx, é precisamente a que escapa à compreensão das principais correntes teóricas da era imediatamente pós-fordista, como as de Michel Foucault, Jacques Derrida e Jürgen Habermas. Transformações recentes revelam que essas teorias foram retrospectivas, focaram criticamente na era fordista, mas não mais se adequavam ao mundo pós-fordista, seu contemporâneo.

Enfatizar a problemática das mudanças e dinâmicas históricas lança uma nova luz sobre muitas questões relevantes. Nesse ensaio – síntese teórica e histórico-política da pesquisa desenvolvida – abordamos inicialmente questões gerais do internacionalismo e da mobilização política atuais, em relação às profundas mudanças históricas das últimas três décadas. Antes, porém, resumimos outros aspectos importantes que revelam diferentes nuances se considerados contra o pano de fundo das transformações históricas centrais no período: a questão da relação entre democracia e capitalismo e sua possível negação – de modo geral, da relação entre contingência histórica (e, portanto, política) e necessidade – e a questão do caráter histórico do comunismo soviético.

As transformações estruturais de décadas recentes possibilitaram a reversão do que parecia ser a lógica de uma crescente “centralidade” de Estado. Nesse sentido, essas transformações colocam sob suspeita noções lineares de desenvolvimento histórico – sejam

---

<sup>51</sup> Cf. Thompson, E.P. (1991, p. 7-25), in Kaldor, M. (ed)(1991).

weberianas ou marxianas. Não obstante, modelos (ou padrões) históricos de longo alcance do “longo século XX”, tal como o aparecimento do fordismo a partir das crises do capitalismo liberal do século XIX e da recente dissolução da síntese fordista, sugerem que possa existir no capitalismo um modelo dominante de desenvolvimento histórico. Por seu lado, isso implica que o escopo da contingência histórica é limitado por essa forma de vida social. Somente a política, como as diferenças entre governos conservadores e social-democratas, não pode explicar porque, por exemplo, regimes em todos os cantos do ocidente – não importando o partido no poder – aprofundaram e expandiram as instituições do bem-estar nos anos de 1950, 1960 e início dos de 1970, apenas para reduzir drasticamente esses programas e estruturas nas décadas subseqüentes.<sup>52</sup> Naturalmente, houve diferenças entre as políticas dos vários governos, mas foram diferenças de grau e não de natureza.

Discutimos o argumento de que, em última análise, tais modelos históricos estão enraizados em larga escala na dinâmica do capital e têm sido amplamente desconsiderados nas discussões da democracia e nos debates sobre o mérito da regulação social por meio do planejamento contra a ação efetiva do(s) mercado(s). Esses padrões históricos implicam um grau de coação, de necessidade histórica. No entanto, para tratar desse tipo de necessidade não é preciso reificá-la. Uma das importantes contribuições de Marx foi a de prover um fundamento historicamente específico para tal necessidade, i.e., para formas de desenvolvimento capitalista em larga escala, em formas determinadas de prática social expressas por categorias como mercadoria e capital. Ao realizar isso, Marx apreendeu tais modelos como expressões de formações historicamente específicas de heteronomia que restringem o alcance de decisões políticas e, em decorrência, da democracia. Sua análise sugere que superar o capital significa mais do que superar os limites das políticas democráticas que resultam da exploração e da desigualdade sistematicamente fundadas; significa também a superação de determinadas limitações estruturais sobre a ação e, dessa forma, a expansão do âmbito da contingência histórica e, ao mesmo tempo, a do horizonte da política.

Se adotarmos “indeterminação” como uma categoria social crítica, esse uso deve então operar mais como meta de ação social e política e não como uma característica ontológica da vida social.<sup>53</sup> (Esta última forma (a indeterminação ontológica) é como tende a ser apresentada no pensamento pós-estruturalista, o qual pode ser considerado uma resposta reificada a uma

---

<sup>52</sup> Não foi possível avançar na investigação de que modo essa transformação das chamadas políticas públicas faria parte de um processo geral de exterminismo – e/ou de sua dinâmica –, de acordo com a noção de Thompson.

<sup>53</sup> Também não foi possível avançar na investigação de que modo associar a categoria de “indeterminação” com a grande pergunta teórica e política lançada por Thompson sobre a contradição entre decisões políticas baseadas no realismo político com a “aparente” irracionalidade do objeto e do processo histórico. Gostaríamos de ter explorado mais essa hipótese.

compreensão reificada da necessidade histórica). Posições que ontologizam a indeterminação histórica enfatizam a relação entre liberdade e contingência. No entanto, tais posições desconsideram os limites impostos pelo capital à contingência como uma forma estruturante da vida social e, por esta razão, em última instância, são inadequadas como teorias críticas do presente. Dentro do esquema teórico que apresentamos, a noção de indeterminação histórica pode ser reapropriada como aquilo que se torna possível quando os limites impostos pelo capital são superados. A democracia social, então, se referiria a tentativas de diminuir a desigualdade dentro do quadro de necessidades estruturalmente imposto pelo capital. Embora indeterminada, uma formação social pós-capitalista poderia surgir apenas como uma possibilidade historicamente determinada gerada pelas tensões internas do capital, e não como algo parecido a um “salto do tigre” a partir da história.

Uma segunda questão geral colocada pelas recentes transformações históricas é relativa à União Soviética e ao comunismo, o “socialismo realmente existente”. Restropectivamente, pode-se argumentar que a ascensão e a queda da URSS estiveram intrinsecamente relacionadas com a ascensão e queda do capitalismo centrado no Estado. Nesse sentido, essas transformações sugerem que a União Soviética foi muito mais uma parte efetiva de uma configuração histórica mais ampla da formação social capitalista, não importando quão grande tenha sido a hostilidade entre a URSS e os países capitalistas ocidentais.

Este aspecto é intimamente relacionado ao internacionalismo e às políticas anti-hegemônicas, eixo do argumento proposto nesse ensaio. O colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria abriram a possibilidade de um internacionalismo revigorado e crítico globalmente.<sup>54</sup> Tal internacionalismo viria a ser muito diferente das expressões de “internacionalismo” características da longa Guerra Fria, essencialmente dualistas e nacionalistas em seus termos; a crítica a “um campo” servia para legitimar a ideologia do outro, e não para considerar ambos os “campos” como partes de uma totalidade mais ampla que deveria ser o objeto da crítica.<sup>55</sup> Nesse quadro, o mundo pós-1945 possuía apenas um poder imperialista – o hegemônico dentro do outro “campo”. Este modelo básico também é verdadeiro para os que apoiaram a China, após a divisão sino-soviética, com a diferença de que o outro “campo” era constituído por dois poderes imperialistas – os Estados Unidos e a União Soviética. Não obstante, a crítica ao imperialismo permaneceu dualista: uma crítica a um campo, do ponto de vista do outro campo.

No entanto, a primeira década do século XXI não foi marcada por uma forte emergência de um estilo de internacionalismo pós-Guerra Fria. Em vez disso, testemunhou o ressurgimento

---

<sup>54</sup> Sobre o tema do internacionalismo, cf. Thompson (1960, 1980, 1982, 1985, 1991, 1993).

<sup>55</sup> Cf. Thompson (1982, 1982a, 1982b); Müller (2004, p. 97-106) e Müller e Duarte (2008, no prelo).

de estilos mais antigos, esvaziados do “internacionalismo” da Guerra Fria. A seguir, apresentamos algumas reflexões preliminares sobre esse “internacionalismo” dualístico, ressurgente, expressão de um impasse atingido por muitos movimentos anti-hegemônicos, ao mesmo tempo em que se reflete criticamente sobre diferentes manifestações de violência política.

O impasse central a que nos referimos foi dramatizado recentemente por muitas respostas da esquerda, nos Estados Unidos e na Europa, ao ataque suicida ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, bem como pelo tipo das mobilizações de massa contra a Guerra do Iraque. A natureza desastrosa da guerra e, de modo geral, do governo Bush, não deve obscurecer o fato de que, em ambos os casos, os chamados progressistas tiveram de enfrentar um dilema – um conflito entre um agressivo poder imperial global e um movimento de contra-globalização profundamente reacionário, em um caso, e um brutal regime fascista, em outro. Em nenhum dos casos houve muitas tentativas de problematizar este dilema ou de analisar esta configuração com um olhar voltado para a possibilidade de formular uma crítica com intenção emancipatória, algo que se tornou extremamente difícil no mundo de hoje. Para isso, teria sido necessário o desenvolvimento de um padrão de internacionalismo que rompesse com os dualismos do quadro de uma Guerra Fria que, com muita frequência, legitimou (como “antiimperialistas”) Estados cujas estruturas e políticas não eram mais emancipatórias do que a de muitos regimes autoritários e repressivos apoiados pelo governo americano.

No entanto, a nosso ver, em lugar de romper com tais dualismos, muitos dos que se opunham às políticas americanas recorreram precisamente a instâncias políticas e esquemas conceituais “antiimperialistas” inadequados e anacrônicos. No centro desse neo-antiimperialismo reside uma compreensão fetichista do desenvolvimento global – isto é, uma compreensão enviesada de processos históricos abstratos em termos políticos e de ação. A dominação abstrata e dinâmica do capital tornou-se fetichizada em nível global como sendo a dos Estados Unidos ou, em algumas variáveis, a dos Estados Unidos e Israel. É claro que, como argumentamos desde nosso projeto, o caráter desastroso, imperial e arrogante do governo Bush contribuiu muitíssimo para essa combinação. Mas é tristemente irônico que, em muitos aspectos, esta visão de mundo resgate a de um século atrás, na qual as atuais posições dominantes dos Estados Unidos e de Israel eram ocupadas pela Inglaterra e os judeus. Embora contrária ao senso comum, esta similitude – entre uma crítica da hegemonia que hoje se compreende como uma crítica de esquerda e o que foi uma crítica da hegemonia de direita – indica compreensões fetichizadas superpostas do mundo e sugere que tais entendimentos possuem conseqüências muito negativas para a constituição de políticas anti-hegemônicas hoje em dia.

Este renovado maniqueísmo – que conflita com outras manifestações anti-globalização, como as do movimento contra condições de trabalho desfavoráveis e cerceadoras de organização sindical, que se desenvolveram nas décadas anteriores – foi acompanhado pelo reaparecimento de uma profunda confusão a respeito da violência política que, algumas vezes, se difundiu na nova esquerda. O resultado é um tipo de oposição que destaca algumas dificuldades enfrentadas pelos movimentos anti-hegemônicos para formular uma crítica viável na era pós-fordista. Este tipo dualista de oposição anti-hegemônica parece não ser adequado ao mundo contemporâneo e, em alguns casos, pode mesmo servir como uma ideologia legitimadora para o que cem anos atrás seria chamado de rivalidades imperialistas.

Para continuar, em primeiro lugar, precisamos retomar brevemente o modo como muitos liberais e progressistas responderam aos ataques de 11 de setembro. O argumento mais geral foi o de que a ação, por mais horrível que tenha sido, deveria ser entendida como uma reação às políticas americanas, especialmente no Oriente Médio.<sup>56</sup> Embora a violência terrorista deva ser compreendida como política (e não apenas como um ato irracional), a compreensão das políticas de violência que tais argumentos expressa é, no entanto, inteiramente inadequada. Tal violência é compreendida como uma *reação* dos injuriados, injustiçados e oprimidos, não como uma *ação*. Enquanto a violência, em si mesma, não é necessariamente afirmada, as políticas da forma específica da violência cometida raramente são interrogadas. Ao contrário, a violência é explicada (e algumas vezes justificada) como uma resposta. Nesse esquema, há apenas um *ator* no mundo: os Estados Unidos.

Este tipo de proposição focaliza as injúrias sofridas por aqueles que efetivam tais ações, sem se preocupar com o quadro de significados no interior do qual se expressam tais sentimentos – e ressentimentos. As ações decorrentes desses significados são tomadas simplesmente como expressões de raiva, ainda que desafortunadas.<sup>57</sup> Tais argumentos não interrogam a compreensão do mundo que motivou tal violência, nem analisam criticamente o tipo de políticas implícitas na violência dirigida de modo deliberado contra civis. Portanto, tais argumentos seriam implicitamente mais apologéticos do que políticos, dedicando pouco tempo à compreensão dos cálculos estratégicos envolvidos – não tanto dos que jogam as bombas, mas de seus líderes – e

---

<sup>56</sup> Os artigos que se seguem são exemplares do tipo de posição que estou apontando: Naomi Klein, “Game Over,” *Nation*, October 1, 2001, [www.thenation.com/doc/20011001/klein](http://www.thenation.com/doc/20011001/klein); Robert Fisk, “Terror in America,” *Nation*, October 1, 2001, 7, [www.thenation.com/doc/20011001/fisk](http://www.thenation.com/doc/20011001/fisk); Noam Chomsky, “A Quick Reaction,” *Counterpunch*, September 12, 2001, [www.counterpunch.org/chomskybomb.html](http://www.counterpunch.org/chomskybomb.html); Howard Zinn, “Violence Doesn’t Work,” *Progressive*, September 14, 2001, [www.progressive.org/webex/wxzinn091401.html](http://www.progressive.org/webex/wxzinn091401.html).

<sup>57</sup> A ausência de qualquer análise crítica consistente de movimentos como Al-Qaeda ou Hamas, ou de regimes como os dos Baathist iraquianos ou sírios sugere que este tipo de posição, de que “as mentiras têm pernas curtas”, supõe a projeção da oposição política de críticos ocidentais a políticas americanas aos atores do Oriente Médio. A miséria e o sofrimento desses atores são tomados seriamente, mas sua política e ideologias são desconsideradas.

assim ignoram questões de ideologia. É um grave erro, por exemplo, interpretar os sentimentos de injustiça que fundamentam um movimento como Al-Qaeda de uma forma estreita, como uma reação imediata às políticas americanas e israelenses. Essa atitude ignora muitas outras dimensões do novo jihadismo. Por exemplo, quando Osama Bin Laden fala do golpe que atingiu os muçulmanos há oitenta anos, ele não se refere à fundação do estado de Israel, mas à abolição do Califado (e, portanto, a almejada unidade do mundo muçulmano) por Ataturk em 1924 – muito antes de os Estados Unidos se envolverem com o Oriente Médio e antes do estabelecimento do Estado de Israel. É digno de nota que a visão expressa por Bin Laden é mais global que local, um dos principais traços do novo jihadismo, tanto em termos das lutas que apóia (transformando-as em manifestação de uma única luta), quanto de sua ideologia motivadora. Um aspecto importante do caráter global dessa ideologia tem sido o anti-semitismo.

Abordar *dialeticamente* o anti-semitismo é de importância crucial quando se considera questões de globalização e antiglobalização, sobretudo porque essa abordagem gera dúvidas e incompreensões devido à amplitude das acusações de que o anti-semitismo tem servido como uma ideologia de legitimação para os governos israelenses com vistas a desacreditar toda crítica consistente às suas políticas. Certamente é possível formular uma crítica fundamental a essas políticas que não seja anti-semítica – e, de fato, muitas críticas desse tipo têm sido formuladas. Por outro lado, a crítica a Israel não deveria esconder a atual existência de um amplo e virulento anti-semitismo no mundo árabe/muçulmano. Nesse sentido, o anti-semitismo coloca um problema específico para a esquerda e pouco discutido.<sup>58</sup>

O pós-11 de setembro revelou o nível a que chegaram as motivações anti-semíticas no mundo árabe.<sup>59</sup> Esses desdobramentos precisam ser acompanhados com cuidado. Não deveriam ser considerados manifestações exageradas de uma compreensível reação a políticas israelenses e americanas, nem classificados como resultados de um temor dualisticamente fundado e que tende a favorecer a ocupação israelense da faixa de Gaza e da Cisjordânia. Não obstante, para se tentar capturar seu significado político, é necessário, ao mesmo tempo, apreender o anti-semitismo contemporâneo. De um lado, ele consiste de um discurso essencialista que, como outras formas equivalentes, compreende os fenômenos históricos e sociais em termos biológicos ou culturais. De outro, o anti-semitismo pode ser distinguido de outros discursos essencialistas, como a maioria das expressões de racismo, por meio de seu caráter populista e aparentemente antiglobal e anti-hegemônico. Muito embora a maioria das teorias sobre etnia geralmente imputem poder sexual e corporal ao Outro, esse anti-semitismo atribui enorme poder aos judeus,

---

<sup>58</sup> Por essa hipótese, e como é pertinente às conclusões de nossos estudos, decidimos iniciar essa discussão.

<sup>59</sup> Nesse ensaio não é possível tratar da questão do ressurgente anti-semitismo e os debates em torno da negação do Holocausto na Europa.

o que é abstrato, universal, global e intangível. Em seu núcleo reside a idéia de que os judeus são um poderoso grupo secreto internacional de conspiradores, por exemplo.

O anti-semitismo, portanto, pode parecer anti-hegemônico. Essa é a razão porque August Bebel (líder social-democrata alemão), já há um século, o considerava um socialismo de tolos. Considerado seu desenvolvimento, ele também poderia ser chamado o antiimperialismo dos tolos. Como uma expressão fetichizada de consciência oposicionista, é particularmente perigosa porque parece ser anti-hegemônica, uma manifestação do movimento dos povos subalternos contra uma forma global e intangível de dominação.

Nesse sentido, convém discutir a formação recente desse moderno anti-semitismo no mundo árabe como uma forma de anticapitalismo fetichizada – e, no entanto, reacionária. É um grave erro considerar o surgimento desse anti-semitismo apenas como uma resposta aos Estados Unidos ou a Israel. Essa redução empírica seria semelhante a explicar o anti-semitismo nazista simplesmente como uma reação ao Tratado de Versailles. Embora as políticas estadunidenses e israelenses tenham, sem dúvida, contribuído para o crescimento dessa nova onda de anti-semitismo, Israel e Estados Unidos aparecem nessa ideologia em uma posição que transcende seus efetivos papéis empíricos. Consideramos que esta posição deve também ser compreendida em referência às fortes transformações históricas desde os anos de 1970, na transição do fordismo ao pós-fordismo.

Um aspecto importante dessa transição foi a crescente relevância de redes e fluxos econômicos supranacionais (em oposição a uma idéia internacional), que foi acompanhada por um declínio efetivo na soberania nacional – em função da progressiva inabilidade das estruturas do estado nacional (inclusive as das metrópoles nacionais) em controlar com sucesso o processo econômico. Isso se manifestou pelo declínio do estado de bem-estar Keynesiano no ocidente e o colapso dos burocráticos partidos de Estado do (então) Leste europeu. Esse processo tem sido associado a uma crescente diferenciação vertical entre os ricos e os pobres em todos os países e entre países e regiões.

O colapso do fordismo significou o fim da fase do desenvolvimento nacional dirigido pelo Estado – seja de acordo com o modelo comunista, o modelo social-democrático ou o de desenvolvimentismo estatal do Terceiro Mundo. Esse fato trouxe enormes dificuldades para muitos países e imensas dificuldades conceituais para todos aqueles que viam o Estado como um agente de mudança positiva e de desenvolvimento.

Os efeitos do colapso da síntese fordista em meados do século foram diferenciados; eles variaram em diferentes partes do mundo. O sucesso relativo do leste da Ásia em conduzir a nova onda de globalização pós-fordista é bem conhecido, assim como o declínio desastroso da África subsaariana. Menos conhecido é o acentuado declínio do mundo árabe, dramaticamente revelado

no *United Nations Arab Human Development Report*, de 2002, de acordo com o qual a renda per capita no mundo árabe encolheu nos últimos vinte anos a um nível pouco acima do da África subsaariana. Mesmo na Arábia Saudita, por exemplo, o PIB per capita caiu de US\$24000,00 dólares no final dos anos de 1970 para US\$7000,00 no começo desse século.

As causas para esse declínio são complexas. Provavelmente, uma importante condição para o relativo declínio do mundo árabe/muçulmano tenha sido a reestruturação histórica fundamental referida acima. Quaisquer que sejam as causas, as estruturas autoritárias de estado associadas ao nacionalismo árabe da época do fordismo pós-guerra mostraram-se incapazes de se ajustar a essas transformações globais. Elas enfraqueceram e minaram o nacionalismo árabe mais do que a derrota militar para Israel em 1967. Esses processos históricos abstratos parecem misteriosos “na base”, além da capacidade de influência dos atores locais, e podem gerar sentimentos de impotência.

Ao mesmo tempo, por uma série de razões, movimentos sociais e políticos progressistas, voltados contra o *status quo* do Oriente Médio, mostraram-se extremamente fracos ou, como no Iraque ou no Sudão, foram violentamente reprimidos. (Foi um infortúnio adicional para esses movimentos progressistas o fato de que os regimes autoritários seculares que os reprimiram ou eram vistos como progressistas no quadro dominante da Guerra Fria ou, no limite, não foram objeto de uma análise crítica progressista consistente). Criou-se um vácuo causado pelo fracasso do nacionalismo árabe, como também dos supostamente tradicionais regimes monarquistas, ambos responsáveis pela progressiva repressão às oposições. Esse vácuo foi preenchido pelos movimentos fundamentalistas islâmicos, que se propunham a justificar o aparente declínio que o povo experienciava no mundo árabe/muçulmano, uma decadência que provocou um palpável sentimento de desilusão e de desespero político.

Um fator que contribuiu para esse modo ideológico e reacionário de explicar a crise de toda uma região foi a escala de manipulação da luta pela autodeterminação do povo palestino pelos regimes árabes durante décadas, como uma varinha mágica para esvaziar a raiva ou o descontentamento popular. (Mais uma vez, para evitar mal-entendidos desnecessários, afirmar que as lutas palestinas foram manipuladas não invalida essas lutas). Não obstante, a tendência a atribuir a miséria das massas árabes, bem como, de forma crescente, a das classes médias educadas, a forças externas do mal, tem se tornado muito mais intensa com o recente declínio do mundo árabe. O esquema ideológico disponível para apreender esse declínio foi formulado por pensadores como o ideólogo da Irmandade Muçulmana Egípcia, Sayyed Qutb,<sup>60</sup> que rejeitava a modernidade capitalista e a considerava com um complô criado por judeus (Freud, Marx,

---

<sup>60</sup> Para mais informações sobre Sayyed Qutb, cf. Baasma Kidmani, “Sob o signo da frustração”, in *Le Monde Diplomatique*, junho 2007; disponível também in <http://diplo.uol.com.br/2007-06.a1633>

Durkheim) para enfraquecer sociedades “saudáveis”.

No interior desse imaginário anti-semítico, Israel seria simplesmente a ponta de lança para essa pernicioso conspiração global. Esse tipo de ideologia foi defendido e promovido pela propaganda nazista no Oriente Médio nos anos de 1930 e 1940. Ademais, foi reforçado pela ideologia soviética durante a Guerra Fria após os combates de 1967, que introduziu a causa anti-semítica em sua crítica a Israel e contribuiu para a expansão do anti-sionismo, fortemente orientado por temas anti-semíticos, como os de ódio e desprezo e de um poder global conspiratório, difundidos no Oriente Médio e em segmentos da esquerda – especialmente na Europa – nas últimas três décadas.

O significativo crescimento em extensão e importância da perspectiva anti-semítica no Oriente Médio, em décadas recentes, entretanto, a nosso ver, também deveria ser examinado como a difusão de uma pretensa ideologia anti-hegemônica face aos efeitos negativos e devastadores de forças históricas aparentemente misteriosas. Em outras palavras, a disseminação do anti-semitismo e, de forma associada, expressões anti-semíticas do islamismo (como a Irmandade Muçulmana Egípcia e o Hamas, sua cisão palestina) devem ser compreendidas como expansão de uma ideologia anticapitalista fetichizada, que declaram considerar ameaçador o mundo existente. Esta ideologia pode ser estimulada e exacerbada por Israel e suas políticas, mas sua ressonância está fundada no próprio declínio do mundo árabe, em relação às profundas transformações estruturais associadas à transição do fordismo ao capitalismo global neoliberal. O resultado é um movimento anti-hegemônico populista reacionário e perigoso, que subtrai qualquer esperança de uma política progressista no mundo árabe/muçulmano.

Não obstante, ao contrário de analisar essa manifestação reacionária de resistência, em caminhos que ajudariam a fomentar movimentos mais progressistas de resistência, muitos pensadores na esquerda ocidental têm ignorado esse fato – ou racionalizado sobre ele como uma situação infeliz –, ainda que seja uma reação plausível às políticas de Israel em Gaza e na Cisjordânia. Esta posição política, basicamente acrítica, está relacionada a uma associação fetichizada dos Estados Unidos com o capital global. Há muitas implicações para essa identificação. Uma é que outros poderes, como a União Européia, não são tratados de forma crítica como competidores co-hegemônicos em ascensão na dinâmica da ordem capitalista global, o que, sem dúvida, ajuda a definir os contornos do poder global contemporâneo. Dessa forma, o papel dos Estados Unidos é supervalorizado e a Europa é implicitamente considerada um porto de paz, compreensão e justiça social. Esse equívoco está associado à tendência a apreender o abstrato (a dominação do capital) como o concreto (a hegemonia dos Estados Unidos). A nosso ver, essa tendência expressa uma profunda e fundamental desesperança, conceitual e politicamente.

Vamos tentar reelaborar e refletir sobre as mobilizações de massa antiguerra, em várias partes do mundo, contra a invasão norte-americana no Iraque. À primeira vista, mobilizações recentes parecem uma reprise dos movimentos pacifistas dos anos de 1960. Entretanto, há diferenças básicas entre eles. Analisar essas diferenças pode esclarecer o que denominamos o (atual) impasse da esquerda.

Em sua maioria, os movimentos pacifistas nos anos de 1960 foram liderados por pessoas para as quais a oposição à guerra travada pelos Estados Unidos no Vietnã era intrinsecamente relacionada a uma luta mais ampla por transformações sociais e políticas de caráter progressista. Este também era o caso de movimentos contrários às políticas americanas em relação ao regime de Cuba, ao governo socialista do Chile, aos sandinistas na Nicarágua e ao Congresso Nacional Africano na África do Sul, por exemplo. Em todos esses casos, os Estados Unidos eram considerados uma força conservadora que atuava para impedir esses processos. A oposição americana aos movimentos de libertação nacional foi muito criticada justamente porque aqueles movimentos eram vistos de forma positiva. Havia, no entanto, diferenças relevantes entre os que consideravam esses movimentos forças progressistas de mudança. Para uns, eles representariam a vanguarda da expansão do “campo socialista”, portanto parte da Guerra Fria. Para outros, eles constituíam movimentos de libertação autóctone que enfraqueciam a bipolaridade da Guerra Fria e cuja posição relativa à URSS seria contingente – um efeito da hostilidade americana. No entanto, apesar dessas diferenças, ambas as posições partilhavam uma avaliação positiva desses movimentos em um contexto global. Não importando como se julgue essa avaliação atualmente, para muitos, o que caracterizava esses movimentos antiguerra de uma geração atrás era que sua oposição às políticas americanas expressava justamente uma luta mais ampla por transformações progressistas, como indicamos acima.

As manifestações mais recentes contra a guerra, à primeira vista, parecem ser do mesmo caráter. Mas uma observação mais próxima revela que são muito distintas politicamente. Sua oposição aos Estados Unidos não tem sido em nome de alternativas mais progressistas. Ao contrário, o regime Baath no Iraque – um regime cujo caráter opressor e cuja brutalidade excediam em muito, por exemplo, os sanguinários regimes militares do Chile e da Argentina nos anos de 1970 e 1980 – não poderia ser considerado progressista em nenhum nível. Nesse caso, somente alguns poucos grupos sectários, como o movimento ANSWER (que, infelizmente, exerceu de fato alguma influência sobre o maior movimento contrário à guerra), apoiaram o regime de Saddam Hussein. Contudo, esse regime não foi e não tem sido objeto de análise política e de crítica na esquerda. Ao contrário, seu caráter negativo foi muitas vezes valorizado em posições contra a guerra. Entretanto, isso significa que as recentes mobilizações contra a guerra já não continham o mesmo tipo de conteúdo dos movimentos anteriores, na medida em

que não propunham alternativas para transformações progressistas. De fato, todo o discurso de mudança foi transferido para a direita.

Contudo, isso não significa que os proponentes de transformações de caráter progressista tenham defendido o governo Bush e sua guerra. Mas as recentes mobilizações de massa não expressaram ou ajudaram a constituir o que, sem dúvida, seria esperado nesse contexto – um movimento de oposição à guerra e que fosse, ao mesmo tempo, um movimento por mudanças fundamentais no Iraque e, mais amplamente, no Oriente Médio. Nos Estados Unidos, foi promovida pouca educação política que se estendesse além dos *slogans* primários proferidos. É significativo, nesse sentido – no melhor de nosso conhecimento – que nenhum iraquiano progressista, de oposição, tenha participado das manifestações de massa contra a guerra, participação esta que poderia ter oferecido uma perspectiva mais nuançada e crítica sobre o Oriente Médio. A nosso ver, isso representa um evidente erro político por parte da esquerda.

Uma das ironias da atual situação<sup>61</sup> é que, ao adotar uma posição antiimperialista fetichizada, onde a oposição aos Estados Unidos já não converge para a causa de transformações mais radicais, liberais e progressistas permitiram, contraditoriamente, à direita neoconservadora americana apropriar e quase monopolizar a linguagem tradicional da esquerda, a linguagem da democracia e da libertação. Embora o regime de Bush proponha mudanças democráticas no Oriente Médio, essa situação certamente não irá promover nenhuma alteração. Não obstante, o fato de apenas o governo Bush levantar essa questão demonstra claramente a omissão da esquerda.

Se na geração passada, a oposição à política americana conscientemente apoiava lutas progressistas de libertação, hoje essa oposição se percebe e é vista como basicamente anti-hegemônica. Esta mudança, paradoxalmente, é, em parte, um legado infeliz da Guerra Fria e da visão de mundo dual associada a essa herança. A categoria espacial de “campo”, que expressava uma versão global do Grande Jogo, foi substituída por categorias temporais de possibilidades históricas e de emancipação, como a determinação histórica de negação do capitalismo. Essa situação não apenas ajudou a obscurecer, ou esvaziar, a idéia de socialismo como um processo histórico para além do capitalismo, mas também a confundir as interpretações dos desenvolvimentos internacionais.

Tanto quanto o campo progressista era definido por um sistema espacial e essencialmente dual<sup>62</sup>, o conteúdo do termo *progressista* poderia, em nível internacional, tornar-se

---

<sup>61</sup> Obs.: até a conclusão de nossos estudos, em junho de 2008, não sendo possível, inclusive, incorporar observações sobre as mudanças de conjuntura política em função do processo eleitoral nos Estados Unidos ou a recente Crise no Cáucaso, confrontando a Rússia e a Geórgia.

<sup>62</sup> Cf. o conceito de reciprocidade em Thompson (1982); Müller (2004, p. 97-106) e Müller (2008), in Müller e Duarte (2008), no prelo.

crescentemente contingente, resultante do equilíbrio do poder mundial. A Guerra Fria parece ter erradicado da memória, por exemplo, que a oposição a um poder mundial não é necessariamente progressista, que também havia antiimperialismos fascistas. Essa distinção foi prejudicada durante a Guerra Fria em parte porque a União Soviética se alinhou a regimes autoritários – por exemplo, no Oriente Médio – que tinham pouco em comum com os movimentos socialistas e comunistas, ou melhor, se aproximavam mais do fascismo e que, na verdade, tentaram liquidar sua própria esquerda. Destarte, o antiamericanismo definiu-se progressista por si mesmo, embora tenham existido e existam formas reacionárias e progressistas de antiamericanismo.

Assim, por que tantos pensadores na esquerda – incluindo os que não apoiavam o regime da União Soviética – adotam este modelo dual de Guerra Fria, preservando seu núcleo mesmo após o seu suposto fim? Como tantos progressistas se deixaram colocar contra a parede onde parecia que o único tema político global era a política norte-americana, não importando a natureza de outros regimes?

Propomos abordar o problema indiretamente, por meio da referência à questão da violência política. Como mencionado, os críticos da imensa onda de raiva e nacionalismo que varreu os Estados Unidos após os eventos de 11 de setembro, observaram freqüentemente que havia uma grande dose de ira contra os Estados Unidos, especialmente nos países árabes e muçulmanos. Essa posição, entretanto, em geral, deixava de lado a análise da *natureza* de política que o ataque de 11 de setembro expressava. É significativo que esse *tipo* de ataque não tenha sido promovido duas ou três décadas atrás por grupos que teriam todos os motivos para odiarem os Estados Unidos – por exemplo, os comunistas vietnamitas ou a esquerda chilena. É importante notar que a ausência de semelhante ataque naquele momento não foi contingente, mas a expressão de um princípio político. De fato, um ataque dirigido primariamente contra civis não pertencia ao horizonte político desses grupos.

A imbricação das categorias de raiva e ódio parece não ser suficiente para compreender a violência de 11 de setembro. Manifestações de violência têm sido compreendidas politicamente e não de forma apologética. Um exemplo: em meados dos anos de 1980 havia muita pressão política no comitê do Congresso Nacional Africano (CNA) para iniciar uma campanha de terror contra os civis brancos sul-africanos. Tais demandas traduziam o desejo de vingança, bem como a idéia de que os sul-africanos brancos concordariam em acabar com o *Apartheid* só se sofressem tanto quanto os negros haviam sofrido. O comitê central do CNA não autorizou essas demandas não apenas por motivos táticos, estratégicos ou pragmáticos (os efeitos de tais formas de violência sobre a sociedade civil pós-*Apartheid* e o regime), mas também em função de princípios políticos. Foi argumentado que movimentos de emancipação não escolhem a população civil como seu principal alvo.

Há uma diferença fundamental entre movimentos que não atacam civis de forma aleatória (como os do Viet Minh e Viet Cong e o CNA) e os que o fazem (como Al-Qaeda, Hamas e IRA). Esta diferença não é simplesmente tática, mas profundamente política; existe uma relação entre formas de violência e de política. Isto é, sugerimos que os modelos de sociedade futura e de política, implicitamente expressos pela práxis de movimentos sociais militantes que distinguem alvos militares de civis, diferem daqueles evidenciados pela práxis dos que não estabelecem tal distinção. Os últimos tendem a se preocupar com identidade. No sentido mais amplo, são radicalmente nacionalistas, operando essa diferença na base de um amigo/um inimigo, o que essencializa uma população civil como o inimigo e inviabiliza a possibilidade de coexistência futura. Por essa razão, os programas de tais movimentos apresentam poucas propostas sócio-econômicas voltadas para transformar estruturas sociais (o que não deve ser confundido com assistência social, o que esses movimentos podem ou não oferecer). Nesses casos, a dialética do século XX de guerra e revolução tende a ser transformada na “subsunção” da revolução sob a guerra. Nossa preocupação aqui, entretanto, tem menos a haver com tais movimentos do que em relação aos movimentos de oposição metropolitanos contemporâneos e porque eles, aparentemente, têm tido dificuldade para distinguir essas diferentes expressões de “resistência”.

O ataque de 11 de setembro de 2001 coloca em discussão algumas noções de violência e resistência difundidas entre setores da Nova Esquerda (*New Left*) no fim dos anos de 1960 e início dos de 1970, tão fundamentalmente como a invasão soviética de Praga em agosto de 1968 e, por fim, o colapso dos estados comunistas europeus entre 1989 e 1991 questionou o leninismo como um discurso hegemônico e assinalou o fim da trajetória iniciada em 1917.

Resgatando o final da década de 1960 e o começo da de 1970, percebemos uma importante inflexão quando a Nova Esquerda (*New Left*) abandona uma posição caracterizada por um movimento frouxo reivindicando uma resistência não violenta e transformação social e se fragmenta em movimentos militantes.<sup>63</sup> Alguns desses pequenos grupos valorizaram, inclusive, a luta armada e perpetraram atos violentos. Ao mesmo tempo, havia um crescente apoio para grupos como o provisório IRA (Irish Republican Army), a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP) e, em alguns momentos, grupos como Bader-Meinhoff (na Alemanha), que tinham muito pouco em comum com os movimentos comunistas e socialistas que antes haviam caracterizado e orientado a esquerda. Cada vez mais, manifestações de violência eram promovidas em nível nacional e defendidas internacionalmente, e muito diferentes das que haviam sido hegemônicas na esquerda ao longo de pelo menos metade do século XX.

A maneira como a violência foi conceitualizada se aproximou muito à visão de violência

---

<sup>63</sup> Sobre o sentido da relação entre liberdade e pacifismo em Thompson, cf. Müller (2004) e Müller (2008), op. cit.

defendida por Georges Sorel no começo do século XX. Em *Reflexões sobre a Violência*, ele apresentou a violência como um ato de purificação e de autoconstituição dirigido contra a decadência da sociedade burguesa. Uma noção similar de violência como um ato redentor de regeneração, uma expressão política dos postulados da vontade pura, era, sem dúvida, central à noção nazista e fascista de novo homem e nova ordem.

Após a Segunda Guerra Mundial este complexo de atitudes foi adotado por alguns setores da esquerda e transmitido, em alguns casos, por meio do existencialismo. Assim foi, em particular, no fim dos anos de 1950 e de 1960, à medida que a crítica social focou mais intensamente formas tecnocráticas e burocráticas de dominação e a União Soviética tornou-se parceira de uma cultura dominante de racionalidade instrumental. Nesse contexto, violência passou a ser percebida como uma força purificadora, não reificada, irrompendo de fora. Identificada agora como o colonizado, atacando as verdadeiras fundações da ordem existente.

Uma ironia envolvida nessa estância “radical”, na idéia de violência criativa, purificadora e revolucionária, é aquela que expressa e reafirma uma característica central do capitalismo: sua revolução permanente do mundo por meio de ondas de destruição que possibilitam criação e maior expansão. (Como a noção liberal do ator racional, as noções existencialistas e anarquistas de autoconstituição da personalidade por meio da violência promovem uma projeção no interior do indivíduo daquilo que caracteriza as entidades corporativas no capitalismo).

Hannah Arendt ofereceu uma crítica bastante convincente a respeito das abordagens sobre violência encontradas nas obras de Georges Sorel, Vilfredo Pareto e Frantz Fanon. Esses pensadores, de acordo com Arendt, defenderam a violência pela própria violência. Motivados por ódio muito mais profundo da sociedade burguesa do que a esquerda tradicional, para quem a violência poderia ser um instrumento de luta por uma sociedade mais justa, Sorel, Pareto e Fanon consideravam a violência inerentemente emancipatória por si mesma, como uma ruptura radical com os padrões morais da sociedade. Percebemos, retrospectivamente, que a forma de violência defendida pelo existencialismo pode ter promovido uma ruptura com a sociedade burguesa – mas não, entretanto, com o capitalismo.<sup>64</sup> Portanto, essa violência parece adquirir maior importância nos períodos de transição de uma configuração histórica do capitalismo para outra.<sup>65</sup>

Acompanhando o raciocínio de Arendt, analisamos o ressurgimento, nos últimos anos da década de 1960, das glorificações à violência do tipo soreliano. O fim da década de 1960 foi um

---

<sup>64</sup> A respeito, ver também alguns livros de Albert Camus, como seus ensaios sobre *O homem revoltado*, *Resistência, rebelião e morte*, e *Reflexões sobre a guilhotina*; manifestações de Jean Paul Sartre em apoio aos movimentos de descolonização, e a coletânea de Simone de Beauvoir (2008), *O existencialismo e a sabedoria das nações*.

<sup>65</sup> A partir desses argumentos, pretendo abrir um eixo para avançar a pesquisa e explorar a hipótese sugerida pelo orientador, Prof. Michel Misse, sobre as possibilidades de relacionar o conceito de exterminismo, e seus determinantes – pensado por E. P. Thompson –, e a atual condição de *sociedade de risco*, definida e discutida por algumas tendências da teoria sociológica contemporânea – o que não foi possível nesse período de estudos.

momento histórico crucial, quando a necessidade do presente, da ordem social em vigor, foi duramente questionada.

Esse período foi um momento em que o capitalismo fordista centrado no Estado e seu equivalente modelo estatista de “socialismo realmente existente” se defrontavam com os limites históricos. As tentativas de superar esses limites foram, todavia, especialmente mal-sucedidas, mesmo em um nível conceitual. À medida que a síntese fordista se transformava, as esperanças utópicas começaram a crescer. Porém, ao mesmo tempo, o alvo do descontentamento social, político e cultural tornou-se mais evasivo e difuso. As demandas por mudança estavam presentes, mas o caminho para realizá-la não estava claro. Jovens e estudantes reagiam contra a exploração, mas também contra a alienação e a burocratização. Os tradicionais movimentos de trabalhadores pareciam incapazes de assumir e se envolver com os temas candentes para muitos jovens radicais: não obstante, esses movimentos – assim como os regimes do “socialismo realmente existente” – pareciam estar bastante implicados naquilo contra o que precisamente os estudantes e a juventude estavam se revoltando.

Diante dessa nova situação histórica, uma *terra incógnita* política, muitos movimentos de oposição voltaram-se para o mais familiar conceitualmente: a abordagem sobre expressões concretas de dominação, como a violência militar ou a dominação política do estado policial e burocrático. Esse foco supunha a concepção de uma política de oposição concreta em si mesma e frequentemente particularista (i.e., nacionalismo, etc.). Como exemplos, encontramos manifestações concretas de antiimperialismo, bem como o crescente foco por parte de alguns desses grupos sobre a dominação concreta no então comunismo do leste europeu. Tão diversas e opostas quanto essas respostas políticas tenham sido naquele momento, ambas ocultavam a natureza da dominação abstrata do capital, justamente quando o regime do capital tornava-se menos centrado no Estado e, nesse sentido, ainda mais abstrato.

A inflexão para a violência de Sorel coincide com o momento de uma inflexão para o concreto. Violência, ou a idéia de violência, seria vista como uma expressão da vontade política, do agir humano histórico, reagindo a estruturas de burocratização e alienação. Face à alienação e à estase burocrática, a violência foi considerada criativa e a ação violenta revolucionária por si mesma. Não obstante a associação entre violência e vontade política, acreditamos, lembrando Arendt, que a nova glorificação da violência no final dos anos de 1960 tenha sido provocada por uma grave frustração da capacidade de agir no mundo moderno. Ou seja, expressava um significativo desespero em relação à real eficácia da vontade política, da ação política humana. Em uma situação histórica de extrema desesperança, a violência traduzia a ira desta desesperança e contribuía para reduzir tais sentimentos. Tornou-se um gesto de autoconstituição como um excluído (o outro), ao invés de um instrumento de transformação. Ainda assim, esses atos,

dirigidos contra a estase burocrática do mundo fordista, ecoavam a destruição desse mundo pela dinâmica do capital. A idéia de transformação fundamental foi adiada, ou abandonada, e substituída por uma noção ambígua de resistência.

A noção de resistência, entretanto, revela muito pouco sobre a natureza daquilo a que se resiste ou da política de resistência envolvida – ou seja, o caráter de determinadas formas de crítica, oposição, rebelião e “revolução”. Essa noção de resistência frequentemente expressa uma visão dualista que tende a reificar o sistema de dominação e a idéia do agir humano. Ela raramente se baseia em uma análise reflexiva das possibilidades de mudança fundamental, ao mesmo tempo geradas e reprimidas por uma ordem dinâmica heterônoma. Nesse sentido, lhe falta reflexividade. Trata-se de uma categoria não dialética, que não apreende suas próprias condições de possibilidade: não apreende o contexto histórico dinâmico de que faz parte e confunde importantes características de formas de violência politicamente diferentes.

O que definimos como um giro para o concreto face à dominação abstrata é, de certo, um exemplo de reificação. Ele assume muitos feitios. Dentre eles, dois que emergiram nos últimos 150 anos, a identificação e combinação entre a hegemonia britânica – e, depois, a americana – com a do capital global, bem como a personificação desse último com os judeus. Essa confusão é remetida ao concreto, juntamente com uma visão de mundo bastante influenciada pelos dualismos da Guerra Fria (mesmo entre uma esquerda crítica da União Soviética), que ajudou a constituir um esquema referencial de compreensão sobre como operaram as recentes mobilizações de massa contra a guerra (do Iraque). Nesses processos de mobilização, como já comentamos, a oposição ao poder global não propôs, nem de modo implícito, uma desejável transformação emancipatória, certamente não no Oriente Médio. Essa interpretação reificada termina tacitamente defendendo movimentos e regimes que têm muito mais em comum com rebeliões mais antigas – mesmo fascistas – do que as que podem ser definidas como progressistas.

Nesse estudo preliminar, descrevemos um impasse atual da esquerda e procuramos relacioná-lo a uma estrutura reificada de pensamento e sensibilidade que expressou a desintegração da síntese fordista entre o final dos anos de 1960 e o começo de 1970. A nosso ver, esse impasse traduz uma crise complexa da esquerda articulada à percepção de que a classe trabalhadora não foi e não se transformou em sujeito revolucionário. Ao mesmo tempo, essa crise também estava relacionada ao fim da ordem definida pela centralidade do Estado. O poder do Estado como um agente de mudança social e democrática foi reduzido e a ordem global se transformou de internacional para supranacional.

Gostaríamos de destacar rapidamente um aspecto complementar da reificação associada ao impasse da esquerda face ao colapso do fordismo.

O capitalismo global neoliberal tem sido, certamente, promovido por sucessivos regimes norte-americanos. Não obstante, confundir a ordem neoliberal global e os Estados Unidos constitui um grande equívoco, teórica e politicamente. No final do século XIX e no começo do XX, o papel hegemônico da Grã-Bretanha e a ordem liberal mundial foram contestados pelo poder crescente de estados-nação, sobretudo a Alemanha. Essas rivalidades, de natureza imperialista, culminaram em duas guerras. Sabemos que é uma hipótese discutível, mas acreditamos que hoje em dia podemos acompanhar o começo de um retorno a uma era de rivalidade imperialista em um novo e ampliado nível. Uma das atuais áreas emergentes de tensão é entre os poderes do Atlântico e a Europa organizada em torno de um condomínio franco-alemão.

A guerra do Iraque pode ser vista, em parte, como uma primeira ameaça a essa rivalidade. Se por um lado, há um século atrás, os alemães desafiaram o império britânico por meio da estrada de ferro Berlim-Bagdá, mais recentemente o regime Baath do Iraque começava a se tornar um Estado cliente daquele condomínio. É bastante significativo que em 2000, o Iraque de Saddam Hussein foi o primeiro país a substituir o dólar pelo euro como moeda de referência para o comércio de petróleo. Essa substituição, por certo, foi uma recusa à posição do dólar como moeda internacional. O tema em questão não é se o Bloco Europeu representa uma alternativa progressista ou conservadora aos Estados Unidos. Na verdade, é que tal ação (e a reação norte-americana) poderia expressar o início de uma rivalidade intercapitalista em escala global. A “Europa” está mudando seu significado e pode estar sendo construída uma possível contra-hegemonia aos Estados Unidos.

A tentativa americana de reassumir o controle sobre o Golfo e seu petróleo deveria ser compreendida como preventiva, mas em um sentido diverso ao que o termo foi usado pelos ideólogos do Governo Bush e seus críticos. A ação americana é, nesse contexto, um ataque preventivo contra a possível emergência da Europa ou China (ou outra potência) como um rival econômico e militar, ou seja, um rival imperial. O possível ressurgimento de rivais imperialistas exige o resgate de mecanismos não dualistas de internacionalismo.

Por mais questionável que seja o atual governo americano – e o é profundamente em um amplo espectro de temas – a esquerda deveria ser bastante cuidadosa para não se tornar, sem querer, um elemento de divisão e facilitador para um eventual rival hegemônico. Na véspera da Primeira Guerra Mundial, o general alemão Staff decidiu que era importante para a Alemanha empreender a guerra contra Rússia, França e Grã Bretanha. Assim, como a Rússia era o mais reacionário e autocrático poder europeu, a guerra poderia ser considerada como uma luta da

cultura européia central contra o barbarismo da Rússia, o que garantiria o apoio social-democrata para a guerra. Essa estratégia política foi bem sucedida e resultou em uma catástrofe para a Europa em geral e para a Alemanha em particular. Estamos hoje muito longe de uma situação de pré-guerra como a de 1914. No entanto, a esquerda não deve cometer um erro similar ao apoiar, não importa quão tacitamente, contra-hegemonias ascendentes para defender a civilização contra a ameaça posta por um poder reacionário.

Por mais difícil que seja a tarefa de compreender e enfrentar o capital global, é muito importante recuperar e reformular um padrão de internacionalismo global.<sup>66</sup> Do ponto de vista da emancipação humana, a permanência do imaginário político dualista da Guerra Fria implica o risco de se constituir uma prática política que seria bastante questionável, não importando o número de pessoas que pudesse mobilizar e torná-las ativas e conscientes.

---

<sup>66</sup> Cf. artigo de Paul Krugman, in *New York Times*, 16 de agosto de 2008, onde ele propõe que o “conflito na Geórgia levanta a questão sobre o futuro da globalização”: “Até agora, as conseqüências para a economia internacional da guerra no Cáucaso têm sido praticamente insignificantes, apesar de a Geórgia ser um importante corredor para o transporte de petróleo. Mas enquanto lia as últimas más notícias, peguei-me pensando se essa guerra não é um mau-presságio - um sinal de que a segunda grande era da globalização pode ter um destino igual ao da primeira. (...) E agora vem o ‘militarismo e o imperialismo’. Por si só, como eu disse, a guerra na Geórgia não é tão importante economicamente. Mas marca o fim da *Pax Americana* – a era em que os Estados Unidos de certa forma mantiveram o monopólio do uso da força militar. E isso levanta algumas questões reais sobre o futuro da globalização (...)”.

### 3. REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2 ed., S. Paulo: Boitempo, 2007.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Extinção*. S. Paulo: Boitempo, 2007.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Antisemitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. S. Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- ARON, R. *Paz e Guerra entre as nações*. 2 ed. Brasília: UnB, 1986;
- BANDEIRA, L. A. M. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra do Iraque*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BEAUVOIR, Simone. *O existencialismo e a sabedoria das nações*. Lisboa: Esfera do Caos, 2008.
- BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 11 ed. Brasília: UnB, 1997.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CECEÑA, A. E. “La Batalla de Afganistán”. In: *La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 167-188.
- CLARKE, J. “Rhetoric before reality”. In: *Foreign Affairs*, v. 74, n. 5, 1995, p. 2-7.
- COLLEY, L. “The difficulties of empire: present, past and future”. In: *Historical Research*. v. 79, n. 205. Oxford: Blackwell, 2006, p. 367-381.
- DEUTSCH, K. W. *Análise de Relações Internacionais*. Brasília: UnB, 1982.
- DOBB, M. *Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith. Ideología y teoría económica*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1975.
- EAGLETON, T. *After theory*. New York: Basic Books, 2003.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Vol. 2. Rio: Jorge Zahar, 1994.
- FLIGSTEIN, N. *Is Globalization the Cause of the Crises of Welfare States?* Berkeley: American Sociological Association, 1997.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004;
- HOBSBAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2. ed. S. Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HUNT, M. *Ideology and US Foreign policy*. New Heaven: Yale, 1987.
- IANNI, O. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- IKENBERRY, J. G. “Insitutions, strategic restraint and the persistence of America postwar order”. In: *International Security*. V. 23, n. 3: 1998/99, p. 43-78.
- JAMESON, F. “Notas sobre globalização como questão filosófica”. In: *Lugar global e Lugar nenhum*. S. Paulo: Hacker, 2001.
- KALDOR, Mary (ed.) (1991). *Europe From Below*. London: Verso.
- KEOHANE, R. O; NYE, J. *Power and Interdependence*. 3. ed. New York: Longman, 2001.
- KISSINGER, H. A. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- MANN, M. *O Império da Incoerência: a natureza do poder americano*. São Paulo: Record, 2006.
- MARX, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. 16 ed., v. 1. Cidade do México: Siglo veintiuno, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MESZAROS, Istvan (2003). *O século XXI: socialismo ou barbárie?* S. Paulo: Boitempo.
- MISSE, Michel. “Da violência de nossos dias”, in [www.unicrio.org.br/Textos/dialogo/indice.htm](http://www.unicrio.org.br/Textos/dialogo/indice.htm), 2002.

- MISSE, Michel, “Violências no Brasil e na Índia: para uma (difícil) comparação”, in Dilip Loundo e Michel Misse (org.). *Diálogos Tropicais – Brasil e Índia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- MÜLLER, Ricardo G.. “Realismo e Utopia: E. P. Thompson e o exterminismo”, *Esboços*, n. 12, Florianópolis, Programa de Pós-graduação em História/UFSC, 2004, p. 97-106.
- MÜLLER, Ricardo G. Exterminismo e Liberdade, in Müller, Ricardo G. e Duarte, Adriano (org.). *E. P. Thompson: Política e Paixão*. Florianópolis: Insular, 2008, no prelo.
- NYE JR, J. *O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Unesp, 2002.
- ORNELAS, R. Las Empresas Transnacionales y el Liderazgo Económico Mundial: balance y perspectivas. In: *La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 97-112.
- PECEQUILO, C. S. *A política externa dos Estados Unidos*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- PODHORETZ, Norman. *World War IV: the long struggle against Islamofascism*. New York: Doubleday, 2007.
- POSTONE, Moishe & SANTNER, Eric L. (ed). *Catastrophe and Meaning: the Holocaust and the 20th Century*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- RAMONET, I. *Guerras do Século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- THOMPSON, E. P. (ed) (1960). *Out of Apathy*. London: New Left Books/Stevens.
- THOMPSON, E. P. (1978). *The Poverty of Theory and Other Essays*. London: Merlin.
- THOMPSON, E. P. (1980). *Writing by Candlelight*. London: Merlin.
- THOMPSON, E. P. e SMITH, Dan (ed) (1980a). *Protest and Survive*. Nottingham: CND.
- THOMPSON, E. P. e SMITH, Dan (ed) (1980b). *Protest and Survive*. Harmondsworth: Penguin.
- THOMPSON, E. P. (1982). *Beyond the Cold War*. Pamphlet. London: Merlin & END.
- THOMPSON, E. P. (ed) (1982a). *Exterminism and Cold War*. London: Verso/New Left Books.
- THOMPSON, E. P. (ed) (1982a). “Exterminism Reviewed”, in *Exterminism and Cold War*. London: Verso/New Left Books.
- THOMPSON, E. P. (1982b). *Zero Option*. London: Merlin.
- THOMPSON, E. P. (1985). *The Heavy Dancers*. London: Merlin.
- THOMPSON, E. P. (1985a). *Double Exposure*. London: Merlin.
- THOMPSON, E. P. (ed) (1985b). *Star Wars*. Harmondsworth: Penguin.
- THOMPSON, E. P. (1987). *Nuestras Libertades y Nuestras Vidas*. Barcelona: Crítica.
- THOMPSON, E. P. (1991). “Ends and Histories”, in KALDOR, Mary (ed.) (1991). *Europe From Below*. London: Verso, p. 7-25.
- THOMPSON, E. P. (1993). *Customs in Common*. New York: New Press.
- VILLA, R. A. D. *Da Crise do Realismo à Segurança Global Multidimensional*. São Paulo: Annablume, 1999.
- WALLERSTEIN, I. M. *European Universalism: the Rhetoric of Power*. New York: New Press, 2006.
- WALLERSTEIN, I. *Após o liberalismo: a busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “Análise dos sistemas mundiais”, in GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan, *Teoria Social Hoje*, S. Paulo: UNESP, 1996, p. 447-470.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “As agonias do liberalismo: as esperanças para o progresso”, in SADER, Emir e BLACKBURN, Robin (org.) *O mundo depois da queda*, S. Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 31-50.
- \_\_\_\_\_. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- \_\_\_\_\_. *The Modern-World System I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. Nova York: Academic Press, 1976.
- WILLIAMS, R. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. Glasgow: Fontana Press, 1988.

WILLIAMS, W. A. *The Tragedy of American diplomacy*. 2. ed. Nova Iorque: Dell, 1978.

WOOD, Ellen M.. *Democracia contra Capitalismo*. S. Paulo: Boitempo, 2003.

#### 4.I. Complementar I:

AHMAD, Aijaz (2002). *Linhagens do Absolutismo*. S. Paulo: Boitempo.

ARCHER, Margaret S. (2000). *Being Human: The Problem of Agency*. Cambridge: CUP.

ARCHER, Margaret S. (2003). *Structure, Agency and the Internal Conversation*. Cambridge: CUP.

BESS, Michael (1993). *Realism, Utopia, and the Mushroom Cloud*. Chicago: Univ. of Chicago.

BLACKBURN, Robin (ed.) (1993). *Depois da Queda*. 2 ed., Rio: Paz e Terra.

BROMLEY, Simon e ROSENBERG, Justin, "After Exterminism", in *New Left Review* I/168, March-April 1988.

CARTER, Jimmy (2005). *Our Endangered Values: America's Moral Crisis*. New York: Simon & Schuster.

DUAYER, M. et al. "Dilema da sociedade salarial: realismo ou ceticismo instrumental". Niterói: UFF/Departamento de Economia, trabalho não publicado, 2002.

\_\_\_\_\_. "Economia Depois do Relativismo: Crítica Ontológica ou Ceticismo Instrumental?". Niterói: UFF/Departamento de Economia, mimeo., 2003.

EAGLETON, T. *After Theory*. New York: Perseus, 2003.

EAGLETON, T. *The Idea of Culture*. Malden, MA: Blackwell, 2000.

FONTANA, Remy José (2001). "Terror e Guerra: variações e alternâncias da violência política". *Revista Espaço Acadêmico*, n. 6, novembro.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio (2005). *Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império*. S. Paulo: Record.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio (2001). *Império*. S. Paulo: Record.

HOLLINGER, David A.. *In the American province: studies in the history and historiography of ideas*. Baltimore: the John Hopkins University, 1985.

HUNTINGTON, Samuel P. (1997). *O Choque de Civilizações, e a Recomposição da Ordem Mundial*. S. Paulo: Objetiva.

HUNTINGTON, Samuel P. (2005). *Who are we? The challenges to America's national identity*. New York: Simon & Schuster.

HUNTINGTON, Samuel P. *The clash of civilizations? The debate*. Foreign Affairs Staff, 1996.

KAYE, Harvey J. e McCLELLAND, Keith (ed) (1990). *E. P. Thompson: Critical Perspectives*. Cambridge: Polity Press & Oxford: Blackwell.

JOHNSON, Chalmers (2004). *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic (The American Empire Project)*. New York: Metropolitan.

JOHNSON, Chalmers (2004). *Blowback: The Costs and Consequences of American Empire*. 2<sup>nd</sup> ed. New York: Henry Holt and co.

MARX, Karl. *Sobre Proudhon*: (Carta a J. B. Schweitzer). 1865, in [www.marxists.org](http://www.marxists.org)

MESZAROS, Istvan (2003). *O século XXI: socialismo ou barbárie?* S. Paulo: Boitempo.

MORAES, Maria Célia M. e MÜLLER, Ricardo G. (2004). "Historia y experiencia: las contribuciones de E. P. Thompson a las investigaciones en las ciencias sociales". (VIII Congreso Español de Sociología, Federación Española de Sociología (FES), Alicante, Setembro de 2004), cd-rom, Grupo de trabajo 01. "Metodología"; p. 1-17.

MORAES, Maria Célia M. e MÜLLER, Ricardo G. (2003). "*Tempos em que a 'razão deve ranger os dentes': E. P. Thompson, História e Sociologia*". Campinas, XI Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS/Unicamp, setembro, Caderno de Resumos, p. 202/203.

MORAES, M. C. M. e DUAYER, M. "Neopragmatismo: a história como contingência absoluta". *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, vol. 2, n. 4, dezembro, 1997.

MORAES, M. C. M. e DUAYER, M. "História, estórias: morte do 'real' ou derrota do pensamento"? *Perspectiva*, CED/ UFSC, ano 16, n.º. 29, 1998.

- MORAES, Maria Célia M.. “O renovado conservadorismo da agenda pós-moderna”, in *Cadernos de Pesquisa*, S. Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 34, n. 122, maio/agosto 2004, p. 337-357.
- \_\_\_\_\_. “Ceticismo epistemológico, ironia complacente: até onde vai o neopragmatismo rortiano?” *Revista Educação nas Ciências*, Programa de Pós-graduação em educação da UNIJUI, vol. 1, nº 1, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação”. *Revista Portuguesa de Educação*. 14 (1), 2001.
- MÜLLER, Ricardo G. (2002). *Razão e Utopia: Thompson e a História*. S. Paulo: USP, mimeo.
- MÜLLER, Ricardo G. “Realismo y Utopia: E. P. Thompson y el Exterminismo”. (VIII Congreso Español de Sociología, FES, Alicante, setembro 2004), cd-rom: GT-20, “Movimientos Sociales y Acción Colectiva”, Sesión 1: Conceptos, teorías y aportaciones recientes, p. 1-16.
- MÜLLER, Ricardo G.. *Razão e Utopia: Thompson e a História*. Maringá, *Diálogos*, UEM, v. 6, n. 6, p. 231-235, 2002.
- MUNHOZ, Sidnei J. (2003). “O Governo Dutra, a Guerra Fria e a repressão política aos comunistas (1946-1950)”. Maringá: UEM. Mimeo.
- MUNHOZ, Sidnei J. (2002). “Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)”, *Diálogos*, Maringá: UEM, v. 6, p. 41-59.
- PANITCH, Leo & LEYS, Colin (ed). “Telling the Truth”, *Socialist Register 2006*. London: Merlin.
- PANITCH, Leo & LEYS, Colin (ed). “The Empire Reloaded”, *Socialist Register 2005*. London: Merlin.
- POSTONE, Moshe. “History and Helplessness: Mass Mobilization and Contemporary Forms of Anticapitalism”, in *Public Culture* 18:1, 2006, p. 93-110.
- SADER, Emir (org.) (1995). *O Mundo depois da Queda*. S. Paulo: Paz e Terra.
- SENNET, Richard (2006). *A cultura do novo capitalismo*. S. Paulo: Record.
- SILVA, Francisco Carlos T. (org.) (2004). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio: Elsevier/Campus.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “Análise dos sistemas mundiais”, in GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan, *Teoria Social Hoje*, S. Paulo: UNESP, 1996, p. 447-470.
- WOOD, E. M. (1998). *The Retreat from Class*. 2 ed., London: Verso (1ª. ed., 1986).
- WOODWARD, Bob (2004). *Plan of Attack*. New York: Simon and Schuster.

## 2.II. Complementar II:

- ARNOLD, G. L. (1962). “Britain: The New Reasoners”, in LABEDZ, Leopold (ed.). *Revisionism*. London: Allen & Unwin Ltd.
- BESS, Michael (1993a). “E. P. Thompson: the Historian as Activist”, *American Historical Review*, n. 98.
- GRAMSCI, Antonio (1972). *Notas Sobre Maquiavelo, Sobre la Política y Sobre el Estado Moderno*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- HINTON, James (1989). *Protests and Visions: Peace Politics in the Twentieth Century*. London: Hutchinson Radius.
- KENNY, Mike (1995). *The First New Left*. London: Lawrence and Wishart.
- MARTÍN, Pedro Benítez (1996). *E.P. Thompson y la História: un compromiso ético y político*. Madrid: Talasa.
- MINNION, John e BOLSOVER, Philip (ed.) (1983). *The CND Story: the First 25 Years in the Words of the People Involved*. London: Allison and Busby.
- WILLIAMS, Raymond et al. (ed.) (1968). *May Day Manifesto: 1968*. Harmondsworth: Penguin.
- WOOD, Ellen Meiksins (1994). “E. P. Thompson: Historian and Socialist”, *Monthly Review*, n. 8.

## 2.III. Complementar III

- ACHCAR, Gilbert. *Le choc des barbaries*. Paris: Complexe ed., 2007.

- ADAMS, Julia et al. (ed). *Remaking Modernity: Politics, History, and Sociology*. Duke University Press, 2004.
- AHMAD, Aijaz. *In our time: empire, culture and politics*. London: Verso, 2007.
- BESS, Michael. *Choices under Fire: moral dimensions of World War II*. New York: Alfred A. Knopf, 2006.
- BURAWOY, M. et alli (ed). *Global Ethnography: Forces, Connections and Imaginations in a Postmodern World*. University of California Press, 2000.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *The choice: global domination or global leadership*. New York: Perseus, 2005.
- CHOMSKY, Noam and ACHCAR, Gilbert. *Perilous Power: the Middle East and U. S. Foreign Policy – dialogues on terror, democracy, war and justice*. Boulder: Paradigm Publ., 2007.
- CHOMSKY, Noam. *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance (the American Empire Project)*. Henry Holt & Company, Inc., 2004.
- CHOMSKY, Noam. *Interventions*. City Lights Books, 2007.
- COURBAGE, Youssef et TODD, Emmanuel. *Le rendez-vous des civilisations*. Paris: Seuil, 2007.
- DEAN, John. *Conservatives without Conscience*. Penguin Group (USA), 2006.
- DELPECH, Thérèse. *El retorno a la barbarie en el siglo XXI*. Buenos Aires: Ateneo, 2006.
- DRUMHELLER, Tyler and MONAGHAN, Elaine (ed). *On the Brink: an Insider's Account of How the White House Compromised American Intelligence*. Avalon Publishing Group Inc., 2006.
- FISK, Robert. *Great War for Civilisation: the Conquest of the Middle East*. Knopf Publishing Group, 2007.
- FOSTER, John B. *Naked Imperialism: the US pursuit of global dominance*. Montly Review Press, 2006.
- FOSTER, John B. e McCHESNEY, Robert W. (ed). *Pox Americana: exposing the American empire*. Monthly Review Press, 2004.
- FUKUYAMA, Francis. *America at the Crossroads: Democracy, Power, and the Neoconservative Legacy*. Yale University Press, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. *Guerra y paz en el Siglo XXI*. Barcelona: Crítica. 2006.
- JOHNSON, Chalmers. *Nemesis: the last days of American Republic*. New York: Metropolitan books, 2006.
- KIRKPATRICK, Jeane J. *Making War to Keep Peace*. Harper Collins Publishers, 2007.
- LOWI, Michel e SAYRE, R.. *Revolte et melancolie*. Paris: Payot, 2007.
- LUKES, Steven. *Power: a radical view*. 2<sup>nd</sup> ed. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2005.
- PHILIPS, Kevin. *American Theocracy: The Peril and Politics of Radical Religion, Oil, and Borrowed Money in the 21st Century*. Penguin Group (USA), 2007.
- PODHORETZ, Norman. *World War IV: the long struggle against Islamofascism*. New York: Doubleday, 2007.
- POSTONE, Moishe & SANTNER, Eric L. (ed). *Catastrophe and Meaning: the Holocaust and the 20th Century*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- THOMPSON, Michael J. (ed). *Confronting the New Conservatism: The Rise of the Right in America*. New York University Press, 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel M. *Geopolitics and Geoculture: Essays on the Changing World-System*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- WALLERSTEIN, I. M. *European Universalism: the Rhetoric of Power*. New York: New Press, 2006.
- WOOD, Ellen M. *Empire of Capital*. London: Verso, 2005.

#### 2.IV. DOCUMENTOS CONSULTADOS

- BUSH, G. W. *Radio Address of the Presidente to the Nation*. 06 de Outubro de 2001. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/10/20011006.html>
- \_\_\_\_\_(2002a). *State of the Union Address*. 29 de Janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>

\_\_\_\_\_ (2002b). *President discusses foreign policy with congressional leaders*. 5 de setembro de 2002. Disponível em: [www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020904-1.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020904-1.html)

\_\_\_\_\_ (2002c). *President discusses growing danger posed by Saddam Hussein's*. 14 de setembro de 2002. Disponível em: [www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020914.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020914.html)

\_\_\_\_\_ (2003a). *President discusses the future of Iraq*. 26 de Fevereiro de 2003. Disponível em: [www.whitehouse.gov/news/releases/2003/02/20030226-11.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/02/20030226-11.html)

\_\_\_\_\_ (2003b). *Monday a "Moment of Truth" for world on Iraq*. 16 de março de 2003. Disponível em: [www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030316-3.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030316-3.html)

\_\_\_\_\_ (2003c). *President Bush Addresses the Nation*. 19 de Março de 2003. Disponível em: [www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030319-17.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030319-17.html)

\_\_\_\_\_ (2003d). *President Bush discusses the beginning of Operation Iraqi Freedom*. 22 de Março de 2003. Disponível em: [www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030322.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030322.html)

CHENEY, D. *Vice President speaks at VFW 103<sup>rd</sup> National Convention*. 26 de Agosto de 2002. Disponível em: [www.whitehouse.gov/news/releases/2002/08/20020826.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/08/20020826.html)

CLINTON, W. *Second Inaugural Address to the University of Oklahoma Center of Law*. 20 de janeiro de 1997. Disponível em: [www.law.ou.edu/ushistory/clinton2.shtml](http://www.law.ou.edu/ushistory/clinton2.shtml)

*Continuation of Iraq National Emergency*. 1º de agosto de 2002. Disponível em: [www.whitehouse.gov/news/releases/2002/08/20020801-7.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/08/20020801-7.html)

HOBBS, T. *Leviathan or the Matter, Forme and Power of a Common-wealth Ecclesiastical and Civill*. 10. ed. Courtney: Project Gutenberg, 2002. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu003207.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu003207.pdf)

KENNAN, G. F. *The Sources of Soviet Conduct*. In: *Foreign Affairs*, julho de 1947. Cf. [www.foreignaffairs.org/19470701faessay25403/x/the-sources-of-soviet-conduct.html](http://www.foreignaffairs.org/19470701faessay25403/x/the-sources-of-soviet-conduct.html)

MARX, K. (a). *The British Rule in India*. Disponível em: [www.marxists.org](http://www.marxists.org)

\_\_\_\_\_ (b). *The Future Results of British Rule in India*, p. 1-2. Disponível em: [www.marxists.org](http://www.marxists.org)

*National Security Strategy of the United States of America*. Setembro de 2002. Disponível em: [www.whitehouse.gov/nsc/nss.html](http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html) .

POWELL, C. *United States Secretary of State Adresses the United Nations Security Council*. 5 de Fevereiro de 2003. Disponível em: [www.whitehouse.gov/news/releases/2003/02/20030205-1.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/02/20030205-1.html)

RICE, C. *Campaign 2000: Promoting the National Interest*. In: *Foreign Affairs*, janeiro/fevereiro de 2000. Cf. [www.foreignaffairs.org/20000101faessay5/condoleezza-rice/campaign-2000-promoting-the-national-interest.html](http://www.foreignaffairs.org/20000101faessay5/condoleezza-rice/campaign-2000-promoting-the-national-interest.html)

*The Constitution of the United States of America*. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/usa/infousa/facts/funddocs/consteng.htm>

TRUMAN, H. *President Harry Truman's Address before a Joint Session of Congress, 1947*. Disponível em: [www.yale.edu/lawweb/avalon/trudoc.html](http://www.yale.edu/lawweb/avalon/trudoc.html)

*United Nations Security Council, Resolution 1441*. 8 de novembro de 2002. Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/682/26/PDF/N0268226.pdf?OpenElement>

*United States Objectives and Programs for National Security, NSC-68*. Washington: National Security Council, 1950. Cf.: [www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.html](http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.html)

*USA Patriot Act*. PUBLIC-LAW 107-56. Cf.: [http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107\\_cong\\_public\\_laws&docid=f:publ056.107.pdf](http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107_cong_public_laws&docid=f:publ056.107.pdf)

WASHINGTON, G. *Farewell Address*. 19 de Setembro de 1796. Cf.: [www.pbs.org/georgewashington/milestones/farewell\\_address\\_read4.html](http://www.pbs.org/georgewashington/milestones/farewell_address_read4.html)

WILSON, W. *Fourteen Points Speech*. 08 de janeiro de 1918. Cf.: <http://usinfo.state.gov/usa/infousa/facts/democrac/51.html>

Periódicos específicos: *Foreign Affairs*, *Commentary*, *Encounter*, *National Review*, e *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*.

Boletins: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI).

Outros: coletânea de artigos e ensaios de Robert Kurz.